PESQUISA

Myrian Veras Baptista

A investigação em Serviço Social

Veras

T/S

Cpihts

Myrian Veras Baptista

A investigação em Serviço Social

ISBN 85-87064-27-4

9 788587 064271

A INVESTIGAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Myrian Veras Baptista

A INVESTIGAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Veras Editora – Cpihts
São Paulo – Lisboa
2006

Conselho editorial
Dilsea Adeodata Bonetti
Odária Battini
Silvia Losacco

Revisão
Maria Luiza Favret

Editoração
Eduardo Seiji Seki

Capa
Lúcio Kume

Foto da capa
Helena Veras Baptista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Baptista, Myrian Veras
A investigação em serviço social / Myrian Veras Baptista. -- São Paulo : Veras Editora ; Lisboa [Portugal] : CPIHTS - Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2006. -- (Pesquisa ; 1)

Bibliografia

1. Serviço social - Investigação I. Título. II. Série.

06-6946 CDD-361.32

Índices para catálogo sistemático:

1. Investigação em serviço social : Bem-estar social 361.32
2. Serviço social : Prática investigativa : Bem-estar social 361.32

VERAS EDITORA
Telefax: (11) 3887 1032
verasEditora.com.br
veraseditora@terra.com.br

CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social
cpihts@ip.pt

SUMÁRIO

Prefácio da edição portuguesa

Esta obra é sobre investigação em serviço social, prática científica construída e legitimada, desde as primeiras décadas do século XX, nos países em que a institucionalização do trabalho social/serviço social se fez no espaço acadêmico das universidades e, mais recentemente, com o desenvolvimento de processos de pós-graduação em serviço social, noutros contextos. Mas não se infira que a investigação em serviço social apenas se inscreve em processos de investigação acadêmica.

Coube-me a responsabilidade de, em poucas linhas, apresentar o trabalho da prestigiada cientista brasileira, professora doutora Myrian Veras Baptista, o que se torna difícil pela sua profundidade e fecundidade. Esta autora aborda, precisamente, o tema da investigação em serviço social a partir da prática profissional, quotidiana, concreta, que se constitui em objeto de investigação. Para tal, elabora categorias analíticas, que permitem simultaneamente equacionar a investigação e analisar a intervenção profissional, como um produto humano, um processo dialético, contínuo de (re)construção, inserida num contexto sócio-histórico e cultural, produto das relações sociais concretas existentes em cada sociedade e do patrimônio de conhecimentos, saberes e práticas construídos pela categoria profissional, em articulação ativa e crítica com a realidade social.

Desde os anos 80, a autora tem vindo a aprofundar de forma inovadora o estruturalismo genético de Lucien Goldmann à investigação em serviço social, ao nível da prática profissional e da investigação em história do serviço social, sendo visíveis os resultados na produção de conhecimentos e em projetos de investigação acadêmica que tomam essa abordagem como um dos referenciais, no Brasil, em outros países da América Latina e Portugal. As respostas que dá às perguntas que formula — "se a característica interventiva retira da investigação a sua cientificidade" e "o que particulariza a investigação na prática profissional do assistente social" — conduzem-na a uma reflexão epistemológica sobre essa questão central, atravessando a trajetória e a situação atual do serviço social, fazendo uma interlocução com pensadores, autores das ciências sociais e do serviço social, sobre concepções de investigação científica e a intervenção na sociedade.

Para a autora, a investigação em serviço social tem como horizonte a compreensão e a explicação do real, e constitui-se num meio de resposta aos desafios que se colocam historicamente. A sua trajetória profissional e acadêmica é reveladora dessa postura, tendo sabido enfrentar de forma empenhada e criativa sucessivos desafios que a sociedade, em contextos de regimes ditatoriais ou democráticos, tem colocado ao serviço social, desde os anos 60 — como sejam as práticas associadas ao planejamento e desenvolvimento comunitário e a sua reflexão crítica com o planejamento estratégico; o questionamento da separação do conhecer e do intervir, a neutralidade e a aparente homogeneidade do serviço social e o movimento de reconceptualização do serviço social latino-americano, contribuindo para a afirmação da dimensão política, crítica e plural da profissão; a formação pós-graduada em serviço social; o desenvolvimento da in-

vestigação e da produção de conhecimentos em serviço social; o aliar o saber, o estudo, a investigação, às práticas profissionais, instituindo um processo para a sua renovação, para uma intervenção qualificada, mais conseqüente e crítica na sociedade, que a presente publicação é disso exemplo.

O Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS) tem o maior prazer em divulgar o trabalho dessa assistente social, professora e investigadora, cujas propostas de investigação, associadas ao estruturalismo genético, se fazem sentir em Portugal desde o I Curso de Mestrado em Serviço Social (1987), lecionando a disciplina História e Tendências Teóricas do Serviço Social, e a orientação de mestrandos e doutorandos, potencializando uma aproximação à construção do conhecimento do serviço social português, da sua gênese aos anos 80; a produção de vários trabalhos no âmbito do pós-graduação em Serviço Social e a criação do Núcleo de Investigação em História do Serviço Social Português, precursor do CPIHTS.

Como as respostas dadas pela profissão nas várias conjunturas sócio-históricas traduzem simultaneamente um ato individual e social associado ao grupo a que se pertence, não podemos deixar de mencionar a trajetória que a categoria profissional dos assistentes sociais brasileiros e latino-americanos tem feito nos últimos trinta anos com a institucionalização do pós-graduação em Serviço Social — cursos de mestrado e doutoramento — e com ela a pluralidade teórica e política, uma maior visibilidade na sociedade, na investigação e na produção de conhecimentos nessa área.

No caso de Portugal, os avanços que desde finais dos anos 80 e 90 se tem feito levam a que a investigação no serviço social deixe de ser um mero desejo ou aspiração. São vários os indicadores da sua inserção na formação de licenciados e sobretudo nos cursos de mestrado e doutoramento

em Serviço Social, a produção de conhecimentos, a publicação de várias investigações, a realização de eventos sobre investigação ou para apresentação dos seus resultados, a criação de várias organizações com preocupações de associar a reflexão e a investigação, e o CPIHTS — Unidade de Investigação & Desenvolvimento, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, insere-nos noutro panorama do serviço social português. Mas muito há que fazer e caminhar.

Numa altura em que continuamos empenhados em afirmar e consolidar a investigação em serviço social como domínio científico e a tendência da qualificação acadêmica e crítica do serviço social português, este livro constitui um significativo e valioso contributo, quer como matriz do pensamento e teoria crítica no serviço social, quer como referencial para o aliar da investigação às práticas profissionais.

Alcina Martins

ANOTAÇÕES DA AUTORA EM RELAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Este livro foi originariamente publicado em Portugal no ano de 2001.

Aquela publicação iniciava com um primeiro capítulo que tinha por tema a "Prática social/prática profissional: a natureza reificada das relações profissionais". Nesta edição brasileira, esse capítulo foi substituído por outro, que encerra o livro, o qual tem por tema "A pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional".

Quero tornar públicos meus agradecimentos às pesquisadoras, professoras doutoras Odária Battini, Dilsea Adeodata Bonetti e Silvia Losacco, pela leitura atenta e pelas contribuições encaminhadas para dar maior clareza a esse último texto que compõe o capítulo 4 deste livro.

Myrian Veras Baptista
São Paulo, março de 2006

A INVESTIGAÇÃO NA PRÁTICA PROFISSIONAL

A CARACTERÍSTICA INTERVENTIVA RETIRA DA INVESTIGAÇÃO A SUA CIENTIFICIDADE?

O que se pretende trazer ao debate, ao abordar essa primeira questão, é não apenas a idéia do lugar e da importância da investigação na prática do serviço social, no âmbito do exercício da profissão, mas também a da legitimidade dessa investigação como objeto de reflexão científica, uma vez que ela permite realizar, ao mesmo tempo, uma crítica de superação dos conhecimentos já existentes e elaborar conhecimentos que apontem novos caminhos e condições que permitam aos assistentes sociais responder, sem perda de sua coerência teórico/prática, às exigências pragmáticas de sua ação profissional.

Ao se tomar como ponto de partida que a investigação é um estudo sistemático em busca de conhecimentos e respostas em relação a determinado objeto com o fim de incorporá-lo, de maneira comunicável e comprovável, a um corpo de conhecimentos de que se dispõe em dada área de reflexão, esse estudo sistemático expressa uma concepção determinada do que seja essa área, do sentido e do lugar que ela ocupa no amplo contexto dos conhecimentos.

A preocupação com a vinculação da investigação científica à intervenção na sociedade teve sua primeira explicitação no contexto norte-americano. John Dewey, na década de 40, desenvolveu um conceito de investigação científica na área da educação no qual se tornam evidentes e integradas suas exigências pragmáticas. Para Dewey (cfr. Esteves, 1986), "a investigação é a transformação controlada ou direta de uma situação determinada, nas suas distinções e relações constitutivas, a ponto de converter os elementos da situação originária em um todo unificado". O primeiro passo para a 'transformação' de dada situação seria reconhecer que ela é 'indeterminada'. Essa 'indeterminação' configuraria a 'situação-problema' a ser investigada, tendo em vista uma solução tal que apontasse para uma situação nova, relativamente mais determinada. Nesse processo, as hipóteses corresponderiam ao 'projeto de solução' para o problema identificado na situação social real, o qual representaria uma das 'possibilidades alternativas' de ação sobre a situação, no chamado 'jogo dos possíveis'.

Na proposta de Dewey, a investigação se faz em dois níveis: "no dos 'fins alternativos', que constituiriam a solução pensada, e no das 'operações a realizar', tendo em vista o alcance daqueles fins. Nessas 'operações a realizar' estão diretamente envolvidas atividades associadas [...]. Qualquer hipótese relativa a um fim social deve abarcar, como parte de si, uma associação organizada entre os que devem executar as operações que ela formula e dirige" (Dewey, 1938: 487-511). Essa proposta não recusava as práticas que vinham sendo experimentadas, mas procurava, por um lado, retomar e se apropriar do que a análise crítica apontava como válido e, por outro, construir novas propostas tendo em vista dar ao novo conjunto construído a consistência de uma pedagogia.

Da mesma maneira que a educação, o serviço social configura uma intervenção sobre as questões que decorrem das relações sociais, portanto, a pesquisa científica que realiza tem por objetivo reunir conhecimentos relativos a essas questões, como elas se expressam, como vão se construindo na história, e também relacionados aos modos de agir sobre elas.

Esse tipo de pesquisa científica, voltada para uma ação sobre a realidade, tem suas exigências próprias relativamente à lógica, à epistemologia e às técnicas. Nesse sentido, à medida que um profissional assume como postulado para a sua intervenção a associação fundamental entre prática e teoria, vê-se desafiado a construir um caminho científico para a investigação da sua ação no processo mesmo da intervenção.

Considerando que esse processo deve passar, necessariamente, por uma prática objetiva de pesquisa e que o conhecimento buscado deve merecer validação em termos de cientificidade, para o encaminhamento desta discussão procuramos conhecer os principais pontos de convergência ou de polêmica que emergem dentre os pensadores que procuram analisar de forma científica a intervenção na vida social, com o propósito de transformá-la e de estabelecer a sua metodologia.

Herpin (1973) faz uma comparação entre a investigação sociológica norte-americana, produzida no 'século' (sociedade profana), respondendo às solicitações do mercado, e a investigação sociológica européia, produzida no 'convento' (lugar de contemplação), dentro das velhas instituições universitárias, disputando lugar com os velhos ideólogos. No dizer de Herpin, esses dois pólos mantêm a tensão do exercício da investigação — o exercício tecnocrático e o radical —, no entanto, ambos, por insuficientes ou perversos, não respondem aos desafios de um saber sobre a sociedade, ou

esgotando-se na sua reflexão como um simples conhecimento, ou reduzindo os problemas sociais a meros problemas técnicos, excluindo os sujeitos históricos. Os pensadores que encontramos, cujas idéias são explicitadas a seguir, se situam, em diferentes distâncias, entre esses dois pólos estabelecidos por Herpin.

Nas décadas de 50 e 60, os trabalhadores sociais estavam empenhados em situar a pesquisa tendo por base uma divisão entre a investigação básica e a investigação aplicada ou operacional, incluindo nesta última a pesquisa de conversão dos conhecimentos das ciências sociais à prática profissional.

No início da década de 50, Gordon (1951) começa a refletir sobre a possibilidade de pesquisa básica em serviço social. Algum tempo depois, Greenwood (1957) propõe que a investigação em serviço social se faça sob a perspectiva de duas categorias principais: básica e operacional.

Para esse último autor, em serviço social, quando a investigação se propõe ampliar a base de conhecimentos da profissão sobre questões de aplicação menos imediata, pode ser considerada, com as devidas reservas, investigação básica. Esta investigação assumiria caráter mais geral, enquanto a pesquisa operacional se dirigiria a situações particulares e concretas e seria voltada para tomadas de decisões mais imediatas da ação profissional. A definição do ponto em que termina a investigação básica e inicia a investigação operacional seria decorrente do tipo de informação que incorpora. Nesse sentido, a informação seria assumida como a trama sobre a qual o conhecimento se construiria tomando como referência as teorias para compreender e explicar os fatos.

Macdonald (in Polansky, 1966: 15-23) situa a função da investigação do trabalhador social na contribuição que traz ao desenvolvimento de um corpo sólido de conhecimentos

que sirva às suas metas e aos seus meios, expandindo, aperfeiçoando e tornando mais científico o saber que constitui a base da sua prática: "o conhecimento buscado pela investigação é um conhecimento 'novo'[1], uma adição ao que já se tem". Afirma que o objetivo desse tipo de investigação não é apenas o conhecimento que leva a entender o objeto, mas aquele que possibilita nele intervir de forma mais competente. Dessa maneira, conclui, difere da investigação básica na motivação e na ênfase, devendo denominar-se investigação aplicada.

Dando continuidade a essa reflexão, Holtz (1966: 24-5) pondera que o fim da pesquisa básica "é a descrição do mundo em si, ou a acumulação de conhecimentos para sua melhor compreensão, sem consideração alguma pela aplicação prática de seus resultados". A pesquisa é aplicada ou operacional quando tem fins utilitários e contribui para a solução de problemas práticos. Considera que a investigação em serviço social, via de regra, se enquadra na característica de pesquisa aplicada, uma vez que responde a problemas práticos e se realiza com o fim de obter conhecimentos úteis a sua intervenção. No entanto, retomando Greenwood, a autora afirma que, "segundo o grau de generalizações a que se prestem os problemas investigados ou os conhecimentos conseguidos, e segundo a maior ou menor aplicação prática de seus resultados, deve-se reconhecer que também a investigação em serviço social [...] pode ser básica ou operativa" (op. cit.: 25). Para Holtz, não se pode fazer uma separação absoluta entre essas abordagens da pesquisa; essa dicotomia tem apenas valor relativo, uma vez que a investigação em

[1] Vera Rosa Holtz (1966: 15) lembra que, "no entanto, às vezes não se obtêm realmente novos conhecimentos, mas sim novas evidências para dar validade às obtidas anteriormente, o que igualmente é um objetivo legítimo da investigação científica, chamada então 'investigação de réplica'".

serviço social constitui uma estrutura orgânica na qual sempre existem, em maior ou menor grau, as características de ambas as abordagens.

Na perspectiva desses profissionais, a construção do saber científico se realiza pela acumulação e organização de conhecimentos reunidos ao longo de muito tempo. Para eles, a informação operada pelo assistente social no cotidiano de seu trabalho, no contato permanente com o real, pode ir além do seu caráter de uso imediato, caso seja submetida a um processo de sistematização, a um esquema classificatório que lhe possibilite tornar-se base para estudos de associações e correlações importantes para a produção do conhecimento. Mas, se essa informação permanecer desconectada, será efetivamente, como bem afirma Macdonald (op. cit.: 26), um 'conhecimento inerte'.

A autora menciona também a existência de pesquisas secundárias, localizadas por Philip Klein, com fins de 'conversão' e incorporação do conhecimento das ciências sociais (op. cit.: 58-61) para a prática do profissional[2]. Na formulação da relação ciência/prática profissional, percebe que "diferentes corpos de teorias podem exigir distintas classes de conversão". Em seu nível mais baixo, a tarefa se resume a ultrapassar a "barreira da comunicação" e fazer "a inversão necessária para entender a linguagem da ciência particular e aplicar suas proposições adequadamente". Nesse sentido, o desafio estaria em realizar estudos e análises de teorias construídas pelas ciências sociais para convertê-las, de modo que viabilizem a construção de uma teoria da prática do serviço social. Com esses estudos e essas análises,

[2] Sobre esse tema, Ladrière, na França da década de 70, ressalta o papel positivo das teorias intermédias, sua fecundidade genética de novas idéias, ponderando que devem ser entendidas como suportes, sempre provisórios, de um impulso que sobre elas se apóia para ir mais longe.

certas investigações e teorias das ciências sociais poderiam oferecer novas idéias e/ou algumas certezas à ação profissional. Em um nível intermediário, tendo em vista que as ciências sociais formulam suas teorias sem ter por objetivo sua aplicação imediata na prática, a conversão se faria mediante esforços identificatórios e provas práticas. Macdonald (op. cit.: 59) exemplifica esse nível com a maneira como Otto Pollak e seus colaboradores, em 1952, fizeram no Comitê Judeu dos Guardiões, quando propuseram três fases: 1ª) identificar os conceitos que tinham valor potencial para a prática; 2ª) provar praticamente esses conceitos por dois anos; 3ª) realizar provas mais sistemáticas e rigorosas. O nível mais alto de conversão se daria pela incorporação das proposições derivadas das ciências sociais a uma estrutura da teoria e da prática do serviço social, o que permitiria formular hipóteses adequadas para a busca de provas empíricas mediante a investigação.

Na década de 70, Ladrière (1977: 13), ao prefaciar um livro sobre pesquisa em ciências sociais, afirma que a dinâmica histórica das normas da cientificidade é produto do próprio devir da ciência, e não uma exigência colocada *a priori* ou vinda de fora dela: é elaborada na interação constante entre método e objeto. Nesse sentido, considera que o problema do reconhecimento da 'cientificidade' das investigações e conhecimentos das ciências sociais e, principalmente, as dificuldades ainda maiores da pesquisa e do conhecimento da ação interventiva evidenciam a necessidade de "mostrar o que há de científico no procedimento [...], como nesse procedimento se revela uma imagem original de cientificidade e como essa imagem se precisa pouco a pouco e como o próprio procedimento se torna ativamente mais consciente do modo próprio de cientificidade que começou a operar nele desde o seu acionamento" (op. cit.: 17).

Nessa perspectiva de construção de procedimentos científicos para a elaboração de um conhecimento a partir de práticas sociológicas reais, J. Ardoino, R. Barbier, R. Loureau e H. Fischer realizam, em 1977, o VII Congresso Internacional de Ciências da Educação. Uma síntese da convergência do pensamento desses pesquisadores sobre a questão (Barbier, 1985: 21-5 e 30) aponta que existia na época, na França, entre os pensadores das ciências humanas, uma corrente de idéias, chamada de contra-sociologia, que elaborava a partir de práticas sociológicas reais, o que implicava um vínculo constitutivo e experimental entre teoria e prática, no campo social do aqui-e-agora. Esses pensadores expressavam certa convergência, no sentido de questionar a epistemologia tradicionalmente aceita, contrapondo-se ao procedimento analítico e linear da epistemologia tradicional. Preconizavam, entre outras coisas, uma nova concepção de vida social e de cientificidade, considerando que uma mudança social efetivamente revolucionária, ainda que situada no âmbito político, se faz não apenas no nível da mudança das estruturas sociais constituídas — onde se exercem as relações de força, os conflitos de filiação e de interesses —, mas também não pode dispensar um investimento no sentido das práticas cotidianas, dos microacontecimentos capazes de questionar o conhecimento formulado, interrogando-o sistematicamente pela prática e pela teoria.

Pinto e Silva (1986), em meados da década de 80, em Portugal, ao analisarem o universo por eles designado de 'ciências sociais', verificam que cada uma das ciências configura um sistema de produção especializado de conhecimentos, que se auto-alimenta e se reproduz por meio de práticas reguladas de investigação, ensino e prestação de serviço e de canais de comunicação, com múltiplas instâncias de poder, visões de mundo, ideologias. Cada uma dessas ciências

possui a sua própria história, durante a qual acumulam um patrimônio específico de paradigmas, de teorias, de técnicas e de métodos, de obras de referência, de manuais de ensino, de esquemas de formação, de costumes profissionais. Formam também sua própria cultura e seus especialistas.

Com base na perspectiva desses autores, se poderia pensar a 'cientificidade' na condução da ação interventiva, tendo em vista que o domínio da intervenção social pode dar lugar a uma imagem de cientificidade diferente daquela das ciências sociais 'explicativas'. Isso não significaria que essa forma de saber científico nada tivesse com os demais. Esse novo saber não se constrói de modo contingente. Existem determinações imanentes que se impõem a todo o seu processo histórico concreto. No entanto, essas determinações são suficientemente gerais para não se esgotar em tal ou qual processo histórico particular. Comportam, simultaneamente, um pólo de unidade e outro de diversidade, que representam uma forma geral de auto-regulação do processo de acumulação de conhecimentos, mas, por outro lado, não podem ser igualados pura e simplesmente a uma forma determinada de ciência. Desse modo, a reflexão sobre a intervenção profissional "não pode se resumir à narrativa e até à crítica retrospectiva de idéias, descobertas ou invenções: é uma reconstrução analítica das condições internas da investigação científica... e de suas condições sociais..." (Pinto e Silva, op. cit.).

Quando o objeto de pesquisa é o modo de relação de uma sociedade e o modo de intervir sobre ela, esse processo teleológico de conhecimento não acontece apenas com relação ao pensamento — que é um aspecto parcial de uma realidade —, mas tem necessariamente uma dimensão prática, a qual foi detectada com perspicácia por Pinto e Silva, quando, afirmando que o conhecimento não é um estado, mas

sim um processo, caracterizam este último como um "processo complexo de adaptação ativa e criadora do homem ao meio envolvente, implicando articulações entre prática e pensamento, vivências e representações/operações simbólicas [...] o que percepcionamos é já um conjunto de informações selecionadas e estruturadas segundo certas leis de organização e em função de experiências passadas, das necessidades práticas da ação do sujeito" (op. cit.: 10).

A questão da cientificidade da pesquisa na prática do serviço social foi retomada, na década de 80, pelo Centro Latino Americano de Trabajo Social — Celats. Em seu II Curso de Capacitação a Distância, esse centro lançou um manual preparado por Carlos Urrutia Boloña que, no Módulo II, discute a produção do conhecimento científico e identifica a investigação que tem a prática como relação predominante como investigação instrumental (s.d.: 36-8). Nesse manual, Urrutia afirma que "esse caráter instrumental da investigação é verdadeiro ainda quando essa investigação não sirva a ação diretamente, mas abra um espaço valioso e rico que contribui para a eficácia profissional". O fato de ter a intervenção como horizonte, ou seja, quando a relação cognitiva não é a relação predominante, faz com que, em sua perspectiva, ocorra uma mudança substancial na relação investigativa, e isso pode funcionar como uma 'divisão de trabalho inteligente' no processo coletivo de produção do conhecimento: o que era sujeito do conhecimento passa a ser sujeito da prática, e o objeto científico passa a ser o objeto real.

Fazendo uma análise dessa divisão técnica do trabalho coletivo de produção de conhecimento, vê-se que tem embutida não apenas uma desqualificação do conhecimento voltado para a intervenção, mas também uma aceitação implícita de seu não-enquadramento em uma perspectiva dialética de investigação científica, na medida em que determina que o 'sujeito de prática' trabalha imediatamente com o 'objeto real', não o transformando em 'objeto científico'. O próprio Urrutia, citando Castells, afirma: "Para o cientista não há realidade social sem recomposição das experiências concretas de uma decomposição analítica dessa experiência [...] qualquer que seja o modelo epistemológico praticado há consciência da necessária transformação do objeto real [...] em objeto científico..." (s.d.: 29). E completa dizendo que, por mais real que seja a experiência do investigador social, a categoria com que a refere é sempre uma abstração, uma concreção do pensamento.

Cabe perguntar: que conhecimento? Em que prática ele está pensando? Há um dualismo redutor que opõe sujeito do conhecimento e sujeito da prática, desconhecendo a articulação intrínseca entre o processo cognitivo e a ação. Na forma particular do conhecimento de uma disciplina de intervenção, ao conhecer a realidade, vai-se construindo no pensamento um **projeto de ação**, emerge uma maneira peculiar de pôr problemas e construir soluções, lançando mão do desenvolvimento teórico e de aplicações tecnológicas. As mudanças alcançadas em nível de intervenção podem receber interpretação teórica e política, mas, para isso, é preciso que elas sejam, como diria Barbier, de fato, convocadas, e não apenas invocadas ou evocadas.

Afirma ainda Urrutia que uma característica da investigação instrumental é o fato de que "as fases específicas de planejamento para essa forma de investigação social são determinadas pela natureza da prática, ou seja, dependem das condições em que se realiza o exercício profissional" (op. cit.: 38). No entanto, mesmo acatando esse condicionante, podemos contrapor que essa não é uma diferença fundamental com relação à pesquisa 'científica', por ser condição

de toda investigação, não apenas daquela que está relacionada à prática. De acordo com Pinto e Silva, "entre os mediadores [...] cabe um lugar decisivo às condições institucionais em que se desenrola a atividade de pesquisa, aos fatores relativos à organização do campo científico (estrutura de poder no interior dele, processo de socialização profissional vigente e outros circuitos de difusão dos resultados, sistemas de carreiras e recompensas etc.)" (op. cit.: II).

Nessa mesma época, Maguiña (1987: 26) faz as seguintes considerações sobre o conhecimento adquirido pela via da investigação e sua relação com o conhecimento acumulado na prática: "A investigação é uma forma particular de adquirir e produzir conhecimentos; é um processo metodicamente organizado para elaborar conhecimento científico. Esse tipo de conhecimento é diferente do que se adquire pela experiência; embora não haja uma mútua exclusão, também não se pode identificar conhecimento científico com conhecimento verdadeiro. Existe uma unidade básica entre todos os conhecimentos — foi o que levou Gramsci a afirmar que 'todo o homem é um intelectual'. O conhecimento científico se funda, se aperfeiçoa e é completado pela experiência". O que significa que, para ele, embora o conhecimento corrente pareça ligar-se mais à experiência direta, e o conhecimento científico seja mais referido à teoria, eles não são antinômicos.

No Brasil, Odária Battini, em tese de doutorado defendida em 1991, aponta a prática investigativa como o modo de clarear questões conjunturais e estruturais da ação profissional. Para ela, assumir essa perspectiva de prática significa trabalhar assumindo dimensão científica rigorosa, desmistificando a pesquisa generalizável como a única forma de ser da ciência como produtora de leis universais, desvelando concepções empiricistas, formalistas e dogmatizadas e abrindo espaços de luta contra perspectivas a-históricas.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

DEVEREUX, George. *L'angoissse et la méthode dans les sciences du comportement*. Paris, Flammarion.

DEWEY, John. *Logic, the theory of inquiry*. Nova York: Henry Holt and Company, 1938. p. 101-9.

ESTEVES, Antonio Joaquim. A investigação-acção. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Org. Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto. Porto: Afrontamento, 1986. p. 251-78.

GORDON, Willien. *Toward basic research in social work*. Washington University, 1951.

GREENWOOD, Ernest. Social work research: a decade of reappraisal. In: *Social Service Review*, 31, 1957.

HERPIN, Nicolas. *Les sociologues américains et le siècle*. Paris: PUF, 1973.

HOLTZ, Vera Rosa. *Investigación en servicio social profissional*. Buenos Aires: Humanitas, 1966.

HUBERMAN, A. M. *Como se realizam mudanças em educação*. São Paulo: Cultrix, 1973.

LADRIÈRE, Jean. Prefácio. In: BRUYNE, Paul de e outros. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Trad. Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MAGUIÑA, Alejandro e outros. La investigacion y el trabajo social. In: *Acción Critica nº 21*. Lima: Celats, 1987. p. 25-38.

POLANSKI, Roman. *Metodologia de la investigación del trabajo social*. Trad. Javier Armada Abella. Madrid: Euroamerica, 1966.

BOLOÑA, Carlos Urrutia. *La investigacion social. I. Introducción*. Lima: Celats, s.d. (II Curso de Capacitación a Distancia).

O QUE PARTICULARIZA A INVESTIGAÇÃO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL?

Sob a perspectiva da intervenção, a investigacão adquire um conjunto próprio, articulado de questões que compõem a sua problemática, as quais incluem os conteúdos teórico-metodológicos da ação, uma vez que os profissionais 'fazem coisas'. A ação profissional é necessariamente tomada em sua complexidade intrínseca, em que as questões principais se situam na articulação das múltiplas determinações que incidem sobre sua intervenção e na diversidade de conhecimentos necessários para a sua prática.

Nesse sentido, o que particulariza a investigação dos profissionais que atuam nas relações sociais é o fato de terem em seu horizonte um tipo determinado de intervenção: a intervenção profissional. Esses profissionais se detêm diante das mesmas questões que outros pesquisadores, porém sua preocupação principal é a incidência sobre a prática que decorrerá do conhecimento produzido. É no movimento da ação que vão sendo elaboradas as pesquisas que irão construir novos conhecimentos. Para eles, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico. O sentido de sua reflexão é o da

realização de uma crítica de superação dos conhecimentos já existentes, tendo como intencionalidade a sua apropriação em termos de prática, e o da construção de conhecimentos que apontem novos caminhos para a reflexão teórica e ofereçam novas condições para a intervenção profissional.

A partir dessa ótica, no serviço social, assumido como profissão interventiva, o conhecimento a ser construído pela investigação tem como horizonte não apenas a compreensão e explicação do real, mas a instrumentação de um tipo determinado de ação sobre esse real. Essa ação assume o sentido de uma resposta de um sujeito coletivo (a categoria profissional) diante dos desafios que lhe são postos historicamente, na divisão sociotécnica do trabalho.

Desse modo, ter a intervenção profissional como horizonte não significa que a investigação seja necessariamente utilitarista ou imediatista. Significa, sim, que, seja qual for seu objeto, direta ou indiretamente, o pesquisador deverá procurar encaminhar as reflexões e os resultados em um sentido histórico, social, político e técnico de produção de conhecimentos que tem em vista uma prática mais conseqüente.

Isso significa que seus procedimentos investigativos deverão explicitar um esforço no sentido de viabilizar uma produção de conhecimentos que permita ultrapassar as práticas espontâneas e as reflexões que se confinam em ações pontuais para, pela polêmica e pela crítica teórica, construir uma 'metodologia dinâmica de ação'.

Se tomarmos como ponto de partida que a ação profissional para a qual a pesquisa se volta é um processo complexo, desencadeado em um espaço social determinado, que estabelece relações estruturais com outros espaços de diferentes amplitudes, vamos verificar que essa ação ocorre necessariamente em diferentes esferas: seja a da formulação de políticas, no nível das estruturas sociais constituídas, onde

são exercidas com maior visibilidade as relações de força, os conflitos de interesses; seja a das relações institucionais, na qual são encaminhadas as decisões relacionadas aos rumos da ação profissional; seja no âmbito dos microacontecimentos, das relações face a face, na interlocução própria de sua intervenção profissional direta. É nesses níveis que vão acontecer as experiências de novas maneiras de ação, as quais devem ser acompanhadas de uma análise crítica capaz de questionar o conhecimento instituído, interrogando-o sistematicamente pela prática direta e pela prática teórica. Essas dimensões da prática, no entanto, nem sempre são apreensíveis por aqueles que a realizam: "Os homens não sabem o que fazem, mas o fazem" (Marx, *O capital*). Há, então, que se empreender esforços no sentido de desvelar essa complexidade, e o instrumento privilegiado para esse desvelamento é a investigação.

No exercício de sua prática, os profissionais podem ter diferentes motivos para investigar, os quais muitas vezes estão imbricados em uma mesma pesquisa. É o motivo 'dominante', o motivo 'central' que, de certa forma, vai definir a natureza da investigação encetada. Esse motivo pode estar voltado para subsidiar e instrumentalizar a prática e/ou construir conhecimento científico.

Há semelhanças e diferenças na construção de um objeto se a razão que a norteia é o conhecimento em si do real ou a intervenção sobre o real. As práticas de pesquisa científica voltadas à construção de conhecimentos que conduzam a uma intervenção na realidade têm suas exigências próprias, no que se refere à lógica, à epistemologia e às técnicas.

O profissional da prática se detém frente a uma mesma situação e, via de regra, da mesma maneira que outros cientistas, mas o que é determinante na construção do seu objeto é o fato de este ser também objeto de ação, e não apenas objeto de pesquisa.

Se considerarmos que o objeto de ação deve ser, necessariamente, objeto de pesquisa, as características específicas tanto de um quanto de outro objeto serão igualmente importantes na formulação: retorna-se a cada uma e a ambas, a cada momento, em um processo permanente de realimentação. É quando se define o objeto de ação que se define o objeto de estudo. É evidente que, para fazer de determinada situação objeto de intervenção, deve-se fazer dela objeto de conhecimento.

Nessa perspectiva, tem-se, de partida, que é uma característica do modo de relação da sociedade burguesa que a realidade, em sua concretude, não se coloque imediatamente à consciência, mas parece claro também que é na empiria que vão ser encontrados os fios de evidência que irão permitir o desvelamento de sua estrutura e dos elementos que a compõem, configurando com maior clareza o objeto da intervenção.

Desse modo, o que vai determinar o desempenho do profissional, em primeira instância, é o controle que ele tenha sobre as variáveis da objetividade posta pela sociedade: a cotidianidade da prática, que revela presenças e ausências, aponta problemas imediatos, desvela/oculta uma questão central, o que se explica pelo fato de essa cotianidade ser historicamente determinada. Nesse sentido, o conhecimento dela é apenas um ponto de partida para uma ação conseqüente, na qual o profissional, por aproximações sucessivas, vai desvelando sua objetividade, caminhando do particular para o universal, do campo das microatuações para o das relações sociais mais amplas, para retornar ao particular, às ações localizadas, em outro nível de reflexão. A categoria central dessa relação é a da totalidade e a da contradição, porque essa prática, sendo parcial, carrega contradições intrínsecas que, ao mesmo tempo que revelam sua essência, a ocultam. O que

se encontra velado vai se desvelando à medida que se vai inserindo aquela parcialidade em totalidades mais amplas de que é parte. Nesse sentido, parte-se do particular para o universal, para que se possa ter uma leitura e uma intervenção mais adequadas e conseqüentes sobre o particular.

Isso significa que, para que haja uma ação efetiva sobre uma situação, é preciso conhecê-la como uma totalidade que tem diferentes dimensões e se relaciona com totalidades maiores. Uma mesma questão envolve dimensões políticas, filosóficas, sociológicas, ecológicas, demográficas, institucionais..., mas isso não implica que o profissional, para apreendê-la, deva fazer um estudo sociológico, ou antropológico, ou filosófico... Significa, sim, que o seu conhecimento exige uma abordagem de ordem transdisciplinar, o que demanda diferentes tipos de conhecimentos e de pesquisas, que não se limitam ao específico da ação profissional e podem se efetivar com a apropriação crítica dos avanços dos saberes construídos pelas ciências.

Os conhecimentos de que o profissional lança mão nesse processo dizem respeito ao problema que aborda, à questão a que esse problema está afeto, à conjuntura histórica, aos conhecimentos acumulados sobre aquela temática. Nesse sentido, o conhecimento constitui um instrumental de trabalho do profissional na sua ação sobre o objeto e é, ao mesmo tempo, preliminar e concomitante à sua construção. Esse conhecimento terá a abrangência e o limite da teoria social que o estiver norteando.

Essas mediações entre a elaboração teórica, a projeção e a intervenção ocorrem de maneira complexa: os assistentes sociais têm que responder a questões muito concretas, socioeconômicas e políticas, de uma sociedade extremamente diversificada. Diante de problemas muito específicos, esses profissionais não têm apenas que analisar o que acontece, mas devem estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por determinado tipo de intervenção. O modo como fazem isso é que vai determinar a relação que estabelecem com a teoria: se, diante desse problema, que é real, fazem uma combinação orgânica das demandas da ação com as requisições teóricas, extraindo daí um problema teórico; se partem de uma teoria como um *a priori* para sua análise, sua crítica e sua intervenção; ou se sua reflexão teórica se situa no nível de justificativa de determinados tipos de práticas com as quais apenas remotamente têm alguma ligação; ou, também, quando a teoria é vista como instrumental (temos que considerar, ainda, aquele que não faz relação alguma, considerando que, "na prática, a teoria é outra").

É nessa perspectiva que Battini (1991) encaminha sua reflexão. Para ela, a investigação é constitutiva da prática profissional, responsável pela sua reconstrução teórico-metodológica e pela superação das representações teóricas e ideais introjetadas pelo serviço social na sua tradição.

O que caracteriza essa intervenção? Qual o tipo ou o nível de conhecimento que um assistente social precisa ter para realizá-la? Quais as categorias por meio das quais os profissionais pensam e executam suas ações cotidianas?

Nesse cotidiano, diante das questões imediatas, a estrutura da objetividade da sociedade impõe um comportamento de manipulação do que emerge, do que é aparente. Embora essa prática se efetive por aproximações, desvios, soluções para resolver dificuldades imediatas, isso não significa que o saber necessário para a ação no serviço social se restrinja ao cunho utilitarista ou imediatista. Significa, sim, que, seja qual for seu objeto, direta ou indiretamente, o profissional poderá procurar encaminhar suas reflexões e seus resultados em um sentido histórico, social, político e técnico de produção de conhecimentos que tem em vista uma prática mais conseqüente.

É no movimento da ação que o profissional elabora e constrói novos conhecimentos. O próprio processo de desocultamento das relações que determinam a estrutura das situações é um exercício de elaboração de conhecimentos dinâmicos acerca do objeto. O objetivo existencial desse saber é democratizar e aprofundar a sabedoria prática ampliando as possibilidades de bem decidir.

Realiza, portanto, o tríplice movimento dialético: de crítica, de construção de conhecimento 'novo' e de nova síntese no plano do conhecimento e da ação, em uma dinâmica que vai do particular para o universal e retorna ao particular em outro patamar, desenhando um movimento em espiral na relação ação/conhecimento/ação.

Por outro lado, se é a natureza do objeto que, de algum modo, imprime o tipo de progressão da investigação e, portanto, o método, é a escolha de determinado método que conduz a um recorte característico do saber que resulta da investigação. Barbier e seu grupo (1985) ponderam que, nesse processo, a compreensão e a transformação da realidade social supõem, como instrumentação privilegiada, a elaboração e a implantação de capacidades de análise totalizantes que possibilitem a compreensão global do processo e a apreensão do seu movimento.

Referências bibliográficas

BARBIER, René. *Pesquisa-ação na instituição educativa.* Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BATTINI, Odaria. *O estado das artes no serviço social — Estudo sobre a construção do conhecimento na prática profissional do assistente social.* São Paulo, 1991. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O ESTRUTURALISMO GENÉTICO DE LUCIEN GOLDMANN E O ESTUDO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Contentemo-nos em estabelecer que os fatos empíricos isolados e abstratos são o único ponto de partida da pesquisa e também que a possibilidade de compreendê-los e deles extrair as leis e a significação é o único critério válido para julgar o valor de um método ou de um sistema filosófico.

Lucien Goldmann

Nas discussões mais recentes, a concepção tradicional de prática profissional dos assistentes sociais, que era basicamente normativa, com propostas estáticas sobre 'como' o serviço social deveria ser, ou sobre 'o que' ele deveria atuar, vem sendo questionada e substituída por uma concepção dinâmica, que considera que a prática profissional se constrói historicamente, inserida no processo mais amplo das relações da sociedade.

Nessa nova perspectiva, há que se pensar a prática a partir de uma metodologia que seja capaz de apreendê-la em suas articulações e em sua dinâmica, considerando que esse movimento é operado pelo assistente social, tomado como um ser de relações.

Nossa reflexão, neste ensaio, parte do pressuposto de que a sistematização do método dialético realizada por Lucien Goldmann para embasamento de seus estudos sobre a sociologia da cultura — o estruturalismo genético[1] — compõe uma metodologia geral para o estudo das relações dos homens na sociedade, no mundo burguês, e de que essa

[1] A expressão 'estruturalismo genético', utilizada por Goldmann, não se refere à genética, mas à gênese, à história. O termo 'genético' significa historicidade. Essa posição demarca-o em relação a todo o estruturalismo antropológico francês, uma vez que Goldmann foi um historicista radical.

é a vertente metodológica mais fecunda para a apreensão da prática em serviço social em seus variados aspectos.

Procuramos, desse modo, verificar as possibilidades de aplicação, no serviço social, dos avanços alcançados por Goldmann[2], uma vez que a idéia de estrutura significativa[3], por ele desenvolvida, parece ser um instrumento analítico adequado para explicar não apenas a realidade social macroscópica, mas também fenômenos sociais determinados.

Goldmann, ao estudar as expressões da consciência coletiva de grupos sociais, detectou a possibilidade de estabelecer totalidades significativas e coerentes, no plano ideológico, de estruturas de pensamento — as quais chama de 'visões de mundo' — desses grupos.

A partir daí, desenvolveu um instrumental de análise que oferece condições tanto de apreensão do global como de interpretação de situações parciais, estabelecendo vínculos, apontando diferenças, enfim, revelando o caráter significativo, estrutural e funcional dos fenômenos.

O que se pretende, com este estudo, é propor um método de trabalho que permita apreender, em maior nível de integração, por meio de uma análise sócio-histórica, as relações qualitativas entre a ambiência externa da prática e suas categorias internas.

Adotando a perspectiva goldmanniana, nosso objeto de análise — a prática profissional dos assistentes sociais — será visto como tentativa de oferecer respostas significativas e coerentes às questões que emergem das relações dos pro-

[2] As idéias de Lucien Goldmann abordadas neste texto encontram-se explicitadas nos livros de sua autoria que compõem a bibliografia anexa.

[3] 'Estruturas significativas' referem-se a estruturas de pensamento de grupos sociais que norteiam as respostas que esses grupos encaminham às questões que a eles se apresentam em suas relações, nas relações com os outros grupos, com as instituições e com a sociedade como um todo.

fissionais com os homens e as instituições, com o propósito de modificar uma situação existente. E, mais, a importância e a coerência dessa prática estão relacionadas a uma percepção de mundo que se apresenta totalizada por um sentido, por um movimento radical que lhes dá significação.

A análise estruturalista genética toma como categoria central a totalidade. Nessa perspectiva, trabalha os fatos sociais como totalidades estruturadas, procurando detectar a dialética que existe na relação entre o todo e as partes, entendendo que é impossível apreender o todo sem compreender a articulação entre as partes e sem perceber o lugar que elas ocupam nas relações que constituem a estrutura total.

O fenômeno social é tomado como uma estrutura parcial, imbricada em um contexto maior de estruturas (ou totalidades relativas) dinâmicas e de equilíbrio precário, de diferentes níveis, contendo, cada uma delas, uma significação particular, e delas recebendo, em escalas diversas de importância, as determinações que constituem a sua própria gênese.

O entendimento goldmanniano de estrutura está relacionado, portanto, à noção de totalidade, que centraliza o pensamento dialético: a relação que se estabelece entre o todo e as partes, ainda que nunca se possa chegar a uma totalidade que não seja, ela mesma, elemento ou parte.

Dessa percepção de que a gênese da prática se encontra no processo sócio-histórico decorre que, para analisar determinada prática profissional e apreender sua dinâmica, deve-se procurar relacioná-la aos problemas postos aos assistentes sociais na época estudada e aos fatores que configuram o momento enfocado. Assim, é indispensável investigar a dinâmica pregressa dos principais parâmetros significativos, procurando correlacionar as transformações da sociedade com as visões de mundo da categoria profissional e dos gru-

pos sociais com os quais ela interage. Por exemplo, na medida em que se considera que esteja inserida em um sistema de relações de dominação, podem ser explicitadas certas especificidades da prática do serviço social. Da mesma forma, seu processo de transformação e seus diferentes momentos de transição só podem ser explicitados satisfatoriamente quando inscritos na totalidade estrutural das mudanças que foram acontecendo na sociedade.

A prática se apresenta, portanto, como um processo dinâmico de estruturação, cuja especificidade é estabelecida tanto pelo tipo de articulação que ocorre entre seus elementos componentes quanto pelas relações que mantém com as estruturas que a englobam.

A estrutura significativa do pensamento que informa a prática nem sempre é evidente, mas pode ser desvelada pela investigação. E é na medida em que o significado do todo vai se evidenciando que vão se delineando os traços gerais de sua estrutura parcial, que só será explicada ao ser inserida em uma estrutura maior, a qual poderá elucidar a sua gênese e a maior parte dos problemas que a constituem.

Quando se aborda uma prática concreta, o que se percebe é a existência de um conjunto que não é uniforme, mas que abrange a ação simultânea de diferentes modos de prática que interagem, chegando mesmo a parecer que o serviço social se dispersa em muitas direções. Isso ocorre porque o contexto da prática profissional não é uma simples justaposição de modos de prática, mas uma estrutura complexa, com dominantes[4], resultante do conjunto das relações e do modo de domínio que se estabelece entre elas, bem como de

[4] O conceito de estruturas complexas com dominantes foi trabalhado por Charles Bettelheim no estudo que faz sobre estruturas econômicas complexas em *A transição para a economia socialista* (Rio de Janeiro, Zahar, 1969, trad. Sergio Goes de Paula).

suas contradições. Nessas relações, percebe-se uma prática dominante, que permeia e impregna todo o sistema, modificando as condições de funcionamento e de desenvolvimento das demais.

Para analisar a estrutura complexa da prática do serviço social e, principalmente, para perceber suas tendências, é importante assinalar que seu caráter complexo não é 'interno' à profissão, mas próprio das práticas sociais. Da mesma maneira, as contradições que ocorrem em determinadas situações não são inerentes à profissão, mas resultam do modo de inserção dessas situações em um complexo político, econômico e social. A leitura dessa realidade, portanto, precisa se ampliar, partir do microuniverso e perceber que a análise das contradições não se esgota na visualização do mais próximo.

Focalizando o serviço social em sua relação com a sociedade e com o meio mais próximo, vemos que, na busca de oferecer respostas significativas para as situações e as questões com que se defrontam em determinadas condições históricas, os profissionais vão desenvolvendo e incorporando um conjunto de procedimentos que tendem a criar equilíbrios extremamente transitórios entre a sua prática e a conjuntura, em um processo que Goldmann chama de equilibração[5]. Esses procedimentos, no entanto, transformam o meio ambiente e criam condições novas, que tornam contraditório e insuficiente o equilíbrio alcançado, gerando a ten-

[5] O sentido dessa equilibração nada tem a ver com aquele equilíbrio no qual todas as funções se cumprem e se realizam e no qual todos os componentes se desenvolvem simultaneamente, sem que nenhum deles tenha uma determinação maior, que é próprio do estrutural funcionalismo. Seu entendimento está relacionado à idéia de movimento que envolve todas as mudanças e todos os processos que se produzem no universo (Engels); relaciona-se também à idéia de que o caráter humanista do mundo está na ação transformadora do homem.

dência para um novo movimento, em busca de um novo equilíbrio, que tenderá, por sua vez, a ser superado, em um processo de desestruturação de antigas estruturas e de estruturação de novas, que satisfaçam as exigências dos grupos sociais que as elaboraram.

Para compreender e explicar a prática do serviço social, portanto, há necessidade de explicitar esse processo de equilibração, de desestruturação de sua antiga totalidade e estruturação de nova, assinalando os equilíbrios que se desfazem e percebendo aqueles em cujo sentido a prática se orienta.

Deve-se ter em conta, ainda, que, a cada nível de análise, o dinamismo da estrutura do pensamento dos assistentes sociais resulta não somente de suas contradições internas, mas também do dinamismo das estruturas mais amplas que o englobam e que tendem também para a equilibração.

Assim, as relações que se concretizam na prática profissional detêm o sentido de uma estrutura de significados, permanentemente renovada em seus elementos, com a desestruturação daqueles que foram perdendo historicamente significação e a produção contínua de novos significados.

O estudo dessas tendências deverá, então, permitir perceber as condições de ação inovadora que vão se configurando no interior da prática tradicional, as relações que estão se transformando, as práticas que estão emergindo, e relacioná-las às contradições internas do serviço social e às conjunturas nas quais elas se imbricam.

Compreende-se que é no interior da prática do serviço social, nas relações que ele estabelece com a sociedade, que vão se formando as condições de sua própria superação.

A sua transição, porém, não é linear, é um processo complexo que acontece com a ruptura da antiga unidade estruturada. Os diferentes níveis reagem uns aos outros e, nas relações contraditórias que estabelecem, percebe-se um

estado concreto de tensão entre o impulso crítico das forças dinâmicas de equilibração orientadas para o futuro e o seu bloqueamento por forças conservadoras que atuam no sentido contrário, que tendem a impedir o seu desenvolvimento. É quando esse confronto resulta em uma reestruturação, ou melhor, na substituição de uma prática por outra, que se configura um período de transição.

Importa lembrar, no entanto, que a desestruturação de um modo de prática somente cria condições para o domínio de outro modo mais avançado de ação quando existem as condições materiais, políticas e ideológicas para isso, o que vai depender da estrutura das conjunturas por que passa cada formação histórica. Portanto, o processo de construção da prática do serviço social, de cada prática, é qualitativamente diferente em cada país, em cada região, em cada momento de sua história. Isso não ocorre somente por razões internas das diferentes situações, ou seja, em razão do nível particular de desenvolvimento cultural, político ou ideológico, da consciência possível de seus profissionais, mas também por razões ligadas à situação social, política e econômica de cada país.

Essa característica vai exigir que, na reflexão sobre a prática, se faça, a todo momento, um esforço sistemático e consciente no sentido de perceber, além dos traços gerais de sua estrutura parcial, da constelação de elementos que apontam respostas para as questões com as quais se relacionam diretamente, a totalidade das estruturas que a englobam, as quais irão elucidar a sua gênese e o seu direcionamento.

Isso significa que uma análise mais profunda do serviço social deverá ter um caráter compreensivo, no que diz respeito às relações sociais internas que estabelece, e um caráter explicativo em relação às estruturas que as constituíram, processo este que veremos mais adiante.

Do mesmo modo, as respostas que o assistente social dá às questões da profissão são, ao mesmo tempo, um ato individual e um ato social, pois se relacionam tanto com a estrutura de sua personalidade quanto com as categorias mentais (a visão de mundo) de seu grupo social.

Essa perspectiva tem como apoio a hipótese de que as estruturas do pensamento e da ação dos indivíduos são homólogas às estruturas mentais do grupo social que as gerou, o que possibilita a emergência de uma expressão coletiva, concretizada na ação sobre um objeto social.

Tal concepção faz ressaltar uma questão fundamental para o estudo da prática: o caráter coletivo de seu sujeito. Cada prática é vista como uma síntese, elaborada pelo profissional, do pensamento historicamente construído pelos seus membros, ao qual ele atribui significação e intencionalidade. É essa síntese que vai nortear o seu comportamento frente aos problemas que se colocam à sua ação, a sua maneira de incorporar as transformações das estruturas dos fenômenos com os quais se defronta e, ainda, a sua predisposição para a reprodução ou a criação de novos tipos de prática.

Isso não significa que exista homogeneidade de pensamento entre os profissionais no nível dos indivíduos. Na medida em que cada profissional faz parte, simultaneamente, de diferentes grupos sociais, esse conjunto múltiplo e complexo de relações, com suas mediações e variedade de situações concretas, interfere nas tendências afetivas, intelectuais e práticas determinantes da consciência, criando freqüentemente uma ruptura entre a vida cotidiana e o pensamento conceitual efetivo.

É no nível do sujeito coletivo que essas diferenças individuais se anulam e possibilitam a emergência e o desenvolvimento de uma visão de mundo que ilumina, ao mesmo tempo, os fins que a prática deve se propor e os meios para alcançá-los, isto é, fornece o 'modelo' da ação 'legítima', que vai sendo permanentemente renovado e proposto à atuação comum dos profissionais.

Essa criação e legitimação de objetivos, sentimentos e idéias, aliada à produção de conhecimentos e procedimentos transmissíveis, vai conformando a identidade profissional, as linhas gerais de sua organização e as atividades peculiares à profissão.

As relações que se concretizam na prática, determinadas por esse 'modo de pensar', reproduzem-se as mais das vezes de maneira inconsciente em seus profissionais, na proclamação de princípios essenciais, de evidências incontestáveis, a partir das quais os atos particulares tomam sentido e se justificam, permitindo definir o que é certo e o que é errado, possibilitando apontar e condenar desvios, freqüentemente diante de evidências que se apresentam imediatamente à consciência, sem levar em conta as mediações que vedam a percepção concreta dos fatos sociais.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Aplicando ao estudo das práticas do serviço social os princípios metodológicos desenvolvidos por Goldmann, percebemos que esse estudo deve se fazer em um único processo de apreensão da realidade, em dois níveis que se reforçam — o estrutural e o funcional —, levando o pesquisador a transitar continuamente entre um e outro, de modo a desvelar seu caráter significativo. Este estudo é feito por meio:

- da conjugação da dimensão analítica interna, que procura compreender a estrutura interna dessa prática e detectar o processo pelo qual um sujeito coletivo — os assistentes sociais — elabora e procura dar coerên-

cia às suas respostas para as questões que lhe são colocadas em suas relações com a sociedade, em termos de ação;
- e da investigação da dimensão analítica externa, de vinculação daquelas práticas à revolução sócio-histórica das conjunturas, na busca de uma explicação de sua gênese e de sua dinâmica.

Para que esses níveis de análise se apliquem, o investigador deve ter, necessariamente, um trabalho prévio de contato com a realidade, para obter um conhecimento, na medida do possível, sistemático dos fatos empíricos que configuram a ação profissional, tomados como índices da realidade concreta.

Essa aproximação descritiva, no entanto, que dá acesso a dados básicos para o desencadeamento da pesquisa, detecta uma representação caótica do real — a qual, ao mesmo tempo que evidencia, esconde suas relações concretas —, não permitindo, imediatamente, a percepção de sua racionalidade. Esse fato leva à exigência de uma postura que, simultaneamente à afirmação da importância dos dados obtidos, nega-os, em busca de sua superação.

Esses fatos irão se concretizando, revelando-se significativos à medida que forem sendo seguidamente integrados em conjuntos mais abrangentes. Esse processo de aproximações progressivas irá permitir ultrapassar a sua abstração e chegar à sua essência concreta.

O caráter empírico dessa primeira aproximação investigativa do método traz uma dificuldade preliminar: como agrupar e ordenar os dados de modo a constituir totalidades suficientemente autônomas que possam servir de apoio a uma investigação? Essa esquematização do objeto é bastante difícil, uma vez que isso não pode ser feito sem que se tenha claro o conjunto de dados empíricos que o compõe. Isso

só poderá ser feito se tivermos uma hipótese, mais ou menos elaborada, da estrutura que lhes dá unidade.

Assim, a convicção de que se pode reunir certo número de fatos em unidades estruturais e tentar estabelecer entre eles o máximo de relações compreensivas e explicativas pressupõe a formulação de hipóteses sobre a estrutura do objeto e suas determinações essenciais (o concreto pensado).

Essas pressuposições se apóiam, basicamente, em uma teoria sobre o ser social e no conhecimento já constituído da realidade, o qual será tanto mais abstrato quanto mais imediata for sua apreensão.

Essas hipóteses não serão tomadas como um direcionamento para uma objetividade dada, mas como ponto de partida para, em uma dinâmica de aproximações reflexivas, ir apreendendo, passo a passo, o conjunto de determinações que acontecem no plano real, em diferentes momentos de gênese, sobre a estrutura e o funcionamento do objeto. Nessas aproximações, procura-se apropriar fatos que pareçam estranhos à primeira vista, eliminar outros que não se mostrarem significativos no decorrer da análise, até chegar a uma proposição estrutural que permita a compreensão e a explicação de um conjunto coerente de fatos, de modo que se possa identificar, conhecer e transformar o objeto.

Outra dificuldade que se coloca nesse momento da investigação é que o que se pretende não é quantificar os dados empíricos, mas organizá-los a partir de um processo compreensivo, em estruturas tão significativas quanto possível. Nesse sentido, as questões que se colocam são: como delimitar aqueles dados empíricos que tendem a constituir a totalidade relativa do fato social estudado? Como distinguir o que é essencial do que é acidental dentre os inúmeros fatos ligados à realidade imediata que se apresentam à nossa consciência sensível?

Nem todos esses elementos têm a mesma importância para a compreensão de uma prática. Há elementos essenciais, sem os quais não é possível compreendê-la, e outros cuja ocorrência se explica pelos 'acasos particulares do cotidiano' e, como tal, não apresentam interesse para o estudo.

Há necessidade, portanto, da criação de critérios objetivos que permitam não apenas julgar a importância desses dados empíricos imediatos e sua significação no conjunto, como também evitar a criação de analogias artificiais entre fatos semelhantes, sem levar em conta o contexto em que ocorrem, o que pode dar a esses elementos uma significação diferente ou até mesmo oposta à verdadeira.

Esses fatos, considerados respostas significativas de um grupo às questões que se colocam pelas relações com a sociedade, refletem o tipo de vinculação de sua consciência real com a realidade, a qual não se dá diretamente, é mediatizada, entre outras coisas, por ideologias que deformam a percepção do sentido dos fatos e das relações. Deve-se ter presente que o conteúdo expressivo da representação de um grupo social sobre a realidade é demarcado pelos limites de sua consciência possível e só muito raramente atingirá esses limites[6].

O estabelecimento desses critérios objetivos de análise se apóia na hipótese da existência, nos grupos e nas classes sociais, de estruturas de visão de mundo, enquanto fenômenos culturais e ideológicos, que evidenciam os principais aspectos de sua consciência coletiva.

[6] A consciência real é aquela que existe nas representações imediatas dos grupos e das classes, sendo, por isso mesmo, imediatamente verificável. A consciência possível se refere ao máximo de possibilidade histórica que a consciência de um grupo pode ter em determinado momento. Seu conteúdo, ainda que inexistente, é uma possibilidade histórica, por ser de interesse do grupo; ela não é verificável diretamente, mas tem um máximo de vinculação com a realidade.

Desse modo, pode-se construir, a partir de amplo estudo das condições objetivas, um instrumento conceitual de pesquisa que configure a visão de mundo de um grupo social determinado, a qual deve permitir estabelecer os marcos de coerência entre os diferentes elementos de suas ações, ainda que se tenha presente que o conteúdo e a força de suas categorias significativas assumem valores transitórios relacionados a momentos históricos específicos.

Esse parece ser o maior desafio do método ao serviço social. Até o momento, não se pensou em termos estruturais. Ainda não se forjou um instrumento conceitual de análise que permita separar o que é essencial do que é acidental em sua prática: a visão de mundo que expressa a consciência coletiva da categoria.

A formulação de hipóteses de visões de mundo, explicitando o conteúdo essencial do pensamento, do sentimento e da ação dos assistentes sociais, deve permitir a identificação clara de suas categorias centrais e das vinculações desses elementos com a situação sócio-histórica. Isso vai exigir um mergulho nas práticas profissionais, e o estudo de como os assistentes sociais desenvolvem, expressam, codificam e decodificam seu leque de respostas (e de projeções) às questões consideradas significativas para a profissão.

Deve haver preocupação com o trabalho rigoroso com o dado, procurando apreender não apenas as determinações que situam a prática no tempo e no conjunto do universo das práticas sociais, mas apreendê-la em si mesma, o seu significado nesse contexto e para a construção do ser do serviço social.

O conteúdo dessas práticas será tanto mais importante quanto mais se aproximar de uma coerência, em termos de uma visão de mundo, que permita estabelecer o máximo de

relações entre o vetor externo (a análise sócio-histórica da prática) e a apreensão de suas estruturas internas, identificando as suas inconseqüências e os seus desvios em relação ao pensamento coletivo.

No estruturalismo genético, a compreensão é a elucidação do caráter significativo, do sentido imanente do dado, de sua dependência da experiência e da consciência possível. É a descrição do essencial e do específico em uma estrutura significativa, no interior de um fato social. Envolve a percepção da vida intelectual e consciente dos homens que realizam o fato social, e a correlação entre as suas transformações e as transformações dos diferentes setores da vida social naquele momento histórico.

Chega-se à compreensão pelo estudo intensivo do objeto até que se evidencie uma estrutura que dê conta, satisfatoriamente, de um número significativo de fatos empíricos. Para tanto, no estudo da prática, é preciso identificar seu eixo essencial e perceber como ele se desdobra, considerando que muitas das atitudes analisadas têm seu eixo fora do espaço operado pelo sujeito da prática, mas situado nas decisões cotidianas das instituições, dos grupos políticos etc. Esse estudo deve procurar compreender também como se realiza o desempenho profissional, qual seu instrumental metodológico, quais os procedimentos e as técnicas de que se utiliza em sua intervenção.

Por outro lado, não é suficiente conhecer a estrutura interna do fato social, é preciso conhecê-lo geneticamente, em seu processo de formação e em seu direcionamento. A busca da gênese, relacionada às estruturas mais amplas que determinam o fato social, se faz no momento da explicação, quando se procura realizar o mapeamento totalizante da contextualidade histórica estudada, procurando determinar as linhas de força que se entrecruzam.

Essa perspectiva de análise parte do pressuposto de que a gênese da prática é exterior a ela e pode ser percebida na inserção daquela estrutura significativa em estruturas englobantes, entendendo sua gênese enquanto função dessas estruturas.

São muitas as totalidades que atuam sobre a consciência e sobre o comportamento dos grupos, porém apenas algumas estão em condições de interferir na estruturação da prática. Isso faz com que seja particularmente importante determinar essas totalidades, para saber em que direção orientar a investigação. Essa determinação pode ser buscada pelo pesquisador:

- realizando uma reflexão que faça ponte entre as questões cruciais com as quais se debatem os assistentes sociais e o conteúdo sócio-histórico e os pressupostos filosóficos que aí incidem, o que vai exigir uma remissão às análises sócio-históricas e às ciências sociais. A preocupação do estudo deve se centrar na determinação daqueles aspectos que, de uma forma ou de outra, vêm balizar, direta ou indiretamente, o conjunto de noções que afetam a prática;
- reiniciando o processo com a busca das vinculações que possam ser feitas com a inserção do fato social, seguidamente, em estruturas mais amplas, de maneira a possibilitar o entendimento da gênese da primeira em função da segunda, eliminando alguns elementos com os quais se partiu, admitindo outros e modificando a hipótese inicial. Determinam-se, então, os elementos que se tornaram 'permanentes', isto é, que foram assumidos como pensamento próprio, diverso do que lhes serviu de estímulo;

- considerando a estrutura significativa como um elemento constitutivo e funcional de estruturas englobantes, que só interessam ao pesquisador por sua função explicativa em relação ao objeto analisado. Não há necessidade de explorá-lo detalhadamente, só o suficiente para ressaltar a relação entre a estrutura parcial enfocada e a estrutura englobante e possibilitar o entendimento da primeira em função da segunda.

Convém lembrar, finalmente, que é essencial não confundir a forma expositiva com a maneira de apreensão. Na exposição do trabalho, o método difere daquele utilizado na investigação. O método de exposição tem como ponto de partida o ponto final da investigação. Quando se começa a expor, explicita-se o caminho já percorrido.

Referências bibliográficas

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Trad. Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

______. *Ciências humanas e filosofia*. Trad. Lupe Cotrim Garande e Jose Arthur Gianotti. 8. ed. São Paulo: Difel, 1980.

______. *Epistemologie et philosophie politique*. Paris: Denoel/Gonthier, 1972.

______. *Dialética e ciências humanas*. Trad. João Arsenio Nunes. Lisboa: Presença, 1972.

______. *A sociologia do romance*. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

INTRODUÇÃO À REFLEXÃO SOBRE A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA NO SERVIÇO SOCIAL

Todo fato social é um fato histórico e inversamente.

Lucien Goldmann

A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA NO SERVIÇO SOCIAL COMO UM PROBLEMA COMPLEXO

A preocupação com essa temática já vem de algum tempo. Em encontro de cursos de pós-graduação promovido pela Abess (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/Cedepss (Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Serviço Social) no Rio de Janeiro, em novembro de 1988, o grupo de pesquisadores da história do serviço social já colocava na ordem do dia a complexidade da pesquisa histórica e a exigência de sistematização de uma metodologia rigorosa para esse tipo de investigação que permitisse o conhecimento do objeto de forma totalizante e, ao mesmo tempo, situada historicamente. Desde aquela época, intensificaram-se as reflexões sobre alguns aspectos que, equacionados, podem ajudar os assistentes sociais no enfrentamento dessa tarefa.

Esta reflexão toma como ponto de partida que essa complexidade se situa, primeiramente, no fato de que a construção de um *corpus* profissional não se faz de modo autônomo. A sua gênese e a sua dinâmica se relacionam com o *processo histórico*. Os elementos que são próprios do serviço social têm uma *dinâmica interna*, uma vida histórica e so-

cial que está diretamente relacionada com a *dinâmica* da constelação das relações sociais dos grupos com os quais opera, com os problemas que se colocam aos seus profissionais na época estudada e com as transformações que sofrem as próprias estruturas desses problemas.

Outro complicador é o fato de o serviço social acontecer no real, de ter uma *realidade objetiva* e uma base empírica. O que chamamos de *serviço social* é o resultado presente provisório do processo histórico, intelectual e sócio-institucional de legitimação de uma construção social particular da realidade, a *institucionalização* de uma profissão para cumprir funções determinadas na divisão sociotécnica do trabalho. Essa institucionalização se realiza em um contexto específico de relações sociais e as *transformações* que nela vão ocorrendo se fazem à medida que se instrumentaliza para oferecer respostas aos desafios que lhe vão sendo colocados pelas novas configurações dessas relações.

Esse processo gera uma *produção específica* de conhecimentos e de condutas que vão se auto-alimentando e se reproduzindo, por meio de práticas próprias de intervenção, de investigação, de ensino e de comunicação. O encadear de acontecimentos gestado por essas relações cria materialidades sociais, com propriedades estruturais próprias que condicionam tanto as práticas quanto os conhecimentos que são produzidos e reproduzidos pelos profissionais. Essas práticas e conhecimentos vão configurar uma *totalidade*, um *corpus*, uma *estrutura parcial* vinculada a totalidades mais abrangentes e por elas determinada. E, ainda, um *espaço intelectual/prático heterogêneo*, cuja configuração global é resultado de uma história que continua, estrutural e funcionalmente, condicionada por outras instituições e pelas dinâmicas sociais.

Entre os mediadores dessas determinações, para o serviço social ocupam lugar decisivo as *condições institucionais* em que ele opera. O *locus* do serviço social na divisão do trabalho tem se mostrado flutuante e provisório (ainda que existam certas permanências marcantes, como o espaço da assistência), porque, de um lado, é fruto de condições sócio-institucionais variáveis e, de outro, porque ele próprio não possui uma 'identidade' unitária e estanque.

A construção dessa identidade tem por base uma *realidade subjetiva*: a *identidade* interiorizada pelos seus profissionais e pela sociedade com a qual se relacionam (Berger, 1978). Nas relações que mantêm com outros grupos, os assistentes sociais vão se consubstanciando, construindo sua própria história, seus conhecimentos e seus especialistas; acumulando um patrimônio específico de técnicas, métodos, conhecimentos, obras de referência, costumes e hábitos profissionais; elaborando um conjunto próprio de questões e de objetivos; determinando áreas específicas de intervenção e investigação no contexto dessa problemática; construindo paradigmas (princípios, teorias, estratégias metodológicas) que vão servir de referencial à sua produção. Esse processo tem sido marcado basicamente por sua evolução teórico/prática, pelas formas como apreende, organiza e opera, sendo seu saber determinando pelas características desiguais dos diferentes contextos sociais e institucionais em que opera.

RISCOS DECORRENTES DESSA COMPLEXIDADE

Não é o caso interado em si, mas a sobrecoisa, a outra coisa.

Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

A falta de compreensão desse processo leva ao risco de se assumir uma concepção de historicidade em que o principal eixo interpretativo seja o *estudo escrito dos fatos e dos atores em seu encadeamento cronológico*: a 'história episódica' que, segundo Lacombe (apud Cardoso, 1981: 21), vem do século XIX. Nessa perspectiva, o historiador estabelece os fatos a partir de documentos (políticos, diplomáticos, militares, religiosos, em sua maioria) que são recolhidos e objetivamente organizados em cadeia linear de causas e conseqüências e apresentados com 'imparcialidade' e 'objetividade'. Ou de se tomar a história como uma narrativa ou até mesmo uma *crítica retrospectiva* de idéias e de práticas da profissão. Goldmann (1979: 8) expressa esse risco, ao ponderar:

> Não cremos que o pensamento e a obra de autor possam ser compreendidos por si mesmos se permanecerem no plano dos escritos e mesmo no plano das leituras e das influências. O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e íntegro. E este é um elemento do conjunto que é o grupo social. Uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento [...] freqüentemente, o comportamento que permite compreender uma obra não é o autor, mas o de um grupo social (ao qual o autor pode não pertencer) e, sobretudo, quando se trata de obra significativa, o comportamento de uma classe social.

Esse *trabalho crítico-erudito* — embora tenha uma utilidade evidente para situar o material estudado no tempo e no espaço, classificá-lo, analisá-lo quanto à sua autenticidade e credibilidade — não representa o núcleo do trabalho do pesquisador (Cardoso, 1981: 23). Para Goldmann (1979: 4), esse trabalho do historiador erudito "fica no plano do *fenômeno abstrato* que ele se esforça por conhecer nos mínimos detalhes, fazendo assim um trabalho não só válido e útil, mas ainda indispensável", como apoio a outro nível de aproximação que vai permitir, "a partir desses mesmos *fenômenos empíricos abstratos*, chegar à sua *essência conceitual*".

Por outro lado, o *não-equacionamento dos desafios da conjuntura quotidiana* (das condições de trabalho, das relações de poder etc.) pode levar a *pensar* o serviço social *apenas* a partir de uma teleologia, em uma perspectiva de 'pureza' (expressão empregada por Silva, s.d.: 16) que situa o olhar do investigador em um espaço ideal, *anacrônico*, estranho ao objeto, sem vínculos com a sua constituição e a sua prática, contrapondo a *'impureza'* da prática, insistentemente denunciada e esqualificada, à *'pureza'* das reflexões de âmbito acadêmico.

Cabe assinalar, ainda, os riscos inerentes ao equacionamento equivocado da *relação sujeito-objeto de pesquisa*. Em algumas propostas, o *sujeito* (aquele que pensa e conhece) é

visto como a *figura central* do processo do conhecimento, no qual tem como finalidade essencial a instauração de uma verdade 'objetiva'. Para Lefort (1979: 257-8), essa operação carrega uma contradição ao acreditar na *coincidência* entre o 'fato real' e o 'fato do conhecimento', priorizando a posição e a escolha do pesquisador, o que faz com que se preserve uma exterioridade entre a *coisa acontecida* e a *coisa conhecida*, tendo em vista dar crédito de objetividade às regras da observação. Em outras propostas, o *sujeito* passa a figurar como *objeto*, apropriado pelo processo de constituição de conhecimentos sobre a história que trabalha. Os dados do passado são pouco trabalhados pelo pesquisador, que decide poderosamente o que será dito sobre ele. Para evitar esse risco, um cuidado especial deve ser tomado, no sentido de que o esforço seja dirigido *não para comprovar uma hipótese prévia*, mas sim para entender por que tal acontecimento se deu de certa forma e não de outra, em determinado lugar, em dado momento, tentando reconstruir sua racionalidade, em lugar de determiná-lo por classificações, pelo que ele 'não é', por estar 'fora do lugar'.

REQUISITOS PARA O AVANÇO NA DISCUSSÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

> *Sendo então todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes.*
>
> Pascal, fr. 72

São diversas as correntes teóricas que disputam a posição de possuir o melhor critério de racionalidade para superar as dificuldades no trato com o mundo empírico, no desvelamento de seus ocultamentos. Sobre essa questão, Goldmann (1979: 4) analisa:

> A possibilidade de compreendê-los (aos fatos empíricos e abstratos) e deles extrair as leis e a significação é o único método válido para julgar o valor de um método ou de um sitema filosófico. Resta saber se é possível chegar a esse resultado, tratando-se de fatos humanos, de outro modo que não concretizando-os por uma conceituação dialética.

Assumindo essa perspectiva, e para que se compreenda e se explique *articuladamente* o processo de constituição do serviço social e sua dinâmica histórica, as condições materiais e o universo simbólico que o determinaram, deve-se estudá-lo, por um lado, em sua relação com os pensamentos e as teorias dominantes na sociedade nos diferentes momentos de sua trajetória — em seu processo de transformação e diferentes estados de transição — e, por outro, inscrevendo-o na totalidade estrutural das transformações que ocorrem ao nível da sociedade, isto é, da estrutura complexa de representações, recursos e instituições sociais que intervêm nas suas relações, mesmo as mais elementares.

De qualquer forma, para substanciar suas reflexões e correlações, de partida o pesquisador precisa realizar um trabalho prévio que lhe permita, no limite possível, obter um conhecimento sistemático da *empiria*, daquilo que os assistentes sociais *fazem e pensam*. Se esses profissionais 'fazem coisas' e 'pensam coisas', torna-se necessário destrinchar esse conjunto complexo de fatos, eventos e representações em suas peculiaridades, seus atributos, suas significações, os quais, tomados como *índices* da realidade concreta, configuram os indicadores 'objetivos' da trajetória da construção do conhecimento e da prática do serviço social.

Essa aproximação que dá acesso a dados básicos de seu discurso e de sua ação *detecta representações caóticas do real* — que, ao mesmo tempo que evidenciam, escondem suas relações concretas —, não permitindo, imediatamente, a percepção da sua racionalidade. Tais expressões primeiras do real, do concreto sensível, imediato, precisam ser submetidas a um processo de reflexão crítica, no qual são *recriadas* no pensamento, possibilitando novos avanços no desvelamento do objeto.

O ato de reflexão, nessa primeira instância, recorre à pesquisa empírica convencional e aos procedimentos formais que organizam o pensamento, para registrar, mapear fatos, apanhar relações. Nesse processo, é a análise que toma como base a relação entre aparência e essência, parte e todo, singular e universal, que vai permitir assinalar as determinações das condições sociopolítico-institucionais que, em cada momento histórico e em cada lugar, são determinantes para a alocação do serviço social no contexto da divisão do trabalho e para a estruturação do estatuto da profissão — áreas de ação profissional favorecidas ou desvalorizadas (pelos poderes científicos, políticos, econômicos) —, com conseqüências decisivas em relação aos conhecimentos construídos, aos papéis e ao estatuto social de seus especialistas.[1] Esse processo exige um posicionamento que, simultaneamente, *afirme* a importância dos dados como uma verdade parcial e *negue-os*, em busca de sua superação, tendo em vista que "toda a verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso das verdades parciais" (Goldmann, 1979: 5-6). Nesse movimento de *concretização dos fatos*, os quais irão se revelando mais significativos à medida que forem sendo seguidamente integrados em conjuntos mais abrangentes, busca-se ultrapassar a abstração para chegar à sua essência concreta. É pela via desse processo, por aproximações sucessivas, que a realidade vai superando seus limites, tomando sua dimensão histórica e de totalidade.

[1] "A análise do papel do conhecimento na dialética do indivíduo e da sociedade, da identidade pessoal e da estrutura social, favorece uma perspectiva complementar essencial para todas as áreas da sociologia [...] Essa integração exige a sistemática consideração da relação dialética entre as realidades estruturais e o empreendimento humano de construir a relidade histórica." (Berger, 1978: 243).

Parece que é em razão disso que Marson recomenda "entender a *objetividade* como o ato de fazer emergir a trama de relações que tecem a síntese histórica, que é o objeto de um conhecer que leva do mais abstrato (aparente), empírico, até o mais concreto, mediato e essencial, sem dissociar cada um desses momentos, que são coexistentes em um objeto histórico" (s.d.: 49).

Ainda, torna-se necessário clarear os conteúdos teórico-metodológicos dessas ações e representações. No decurso de seu desenvolvimento histórico, o serviço social tem produzido não um, mas vários paradigmas, concorrentes entre si, e, portanto, perspectivas analíticas diversas e mesmo antagônicas, passando por grandes controvérsias teórico-metodológicas, conhecendo situações de conflito interno. Esses conflitos não significam (como afirmam alguns) imaturidade ou atraso científico, nem fraqueza intrínseca, mas decorrem da estreita vinculação de suas propostas aos postulados ideológicos, às visões de mundo e às complexas articulações — integradas no conjunto das situações sócio-histórico-institucionais que fazem parte do conjunto das situações sócio-histórico-institucionais de sua prática — com os conflitos de interesses de diferentes grupos sociais com os quais se depara sua prática.

As mais fortes dessas referências teórico-metodológicas paradigmáticas que se contrapõem no interior do serviço social são aquelas que atravessaram as várias ciências sociais neste último século: o positivismo e o marxismo. Ainda incidem sobre ele outros paradigmas menos globalizantes ou duradouros: o funcionalismo, a fenomenologia, o estruturalismo etc. Esses paradigmas, entretanto, não têm se revelado completamente incomunicáveis, embora haja um antagonismo teórico indubitável no *núcleo central* daquelas teorias sociais, que alimenta e intensifica a conflitualidade.

O não-reconhecimento desse limite, via de regra, tem ocasionado proposições mais ou menos ecléticas e contraditórias que se refletem não apenas no discurso, mas também nas práticas de seus profissionais. No entanto, à medida que esses profissionais desenvolvem sua capacidade de reelaborar e transformar essas referências culturais e ideológicas e os limites dos conhecimentos que manuseiam, vão encontrando caminhos para incorporar saberes produzidos a partir de diferentes paradigmas, mesmo os mais distantes, sem incorrer necessariamente em incoerências teóricas.

Essa *reconstrução analítica* do serviço social, de suas condições sociais e de sua estrutura interna (princípios, meios, construções teóricas e práticas) tem o sentido de permitir perceber o modo como as estruturas, as práticas e os projetos, nos diferentes momentos históricos de sua consolidação, *incidiram* sobre aqueles princípios, meios e resultados. Tal reconstrução *não* consiste em deduzir uma *representação abstrata* (que empobrece e esquematiza o objeto), mas em investigar a partir de *quais determinações* aqueles fatos podem ser pensados, elaborando progressivamente *categorias* cada vez mais precisas até que seja possível construir um todo coerente, um *concreto pensado*.[2] Implica um processo em que o investigador dialoga com os fatos, interrogando-os sobre todos os aspectos e procurando compreendê-los em sua totalidade — como um todo vivo, dinâmico e histórico —, desvelando no real as determinações que não estão dadas imediatamente.

---

[2] "Explicar a realidade não é só descobrir os nexos que a constituem, mas fazer um esforço no sentido de a constituir [...] O concreto que se alcança com esse processo é o *concreto pensado*. O todo, na forma como aparece para o espírito, como um todo do pensamento [...]" (Marx, 1978: 117). "O concreto aparece no pensamento como um processo de síntese, como um resultado, *e não como um ponto de partida*, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação" (ed.: 116).

Nesse sentido, a superação dos problemas da pesquisa não se limita ao desvelamento dos nexos entre os fatos, mas implica a reconstrução do real tendo por base *categorias compreensivas* e explicativas. Essas *categorias de análise* são formulações intelectuais que têm seu fundamento na realidade, são o produto da articulação realidade e pensamento. Nesse processo, o pensamento toma o real e o reconstrói, reproduzindo-o como totalidade do pensamento, como *representação*. É uma construção intelectual que expressa as formas de existência e o movimento do real.[3] É, ainda, 'produto das condições históricas': uma mesma categoria em sociedades diversas adquire diferenciabilidades, tornando-se ou mais complexa, ou secundarizando-se.

Para que se *compreenda* e *explique* articuladamente a construção do serviço social, as condições materiais e o universo simbólico legitimador que o determinaram, é necessária, como diz Berger (1978: 243), "a sistemática consideração da *relação dialética* entre as *realidades estruturais* e o *empreendimento humano* de construir a realidade histórica".

O nível da explicação diz respeito, por um lado, *aos pensamentos e teorias* dominantes na sociedade nos momentos em que história acontece e, por outro, à *totalidade estrutural* das transformações da sociedade, isto é, da estrutura complexa de recursos, representações, instituições sociais que intervêm nas relações mais elementares do objeto estudado.

O nível da compreensão volta-se à apreensão da estrutura do pensamento e da ação dos assistentes sociais; o modo como o serviço social se conhece — considerado como uma representação intelectual construída; o modo como os assis-

[3] "As categorias exprimem [...] modos de ser, determinações de existência, freqüentemente, aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito [...]" (ed.: 121).

tentes sociais 'fazem coisas'; seus *estatutos e papéis*. Deverá estabelecer uma reflexão sobre o *serviço social efetivo*, operado pelos seus agentes, acatando a historicidade dos princípios de que parte, dos processos que utiliza e dos resultados a que chega. Essa preocupação vai permitir assinalar o quanto a divisão do trabalho e o estatuto da profissão têm se relacionado com as condições sócio-institucionais, em cada momento histórico e em cada lugar — áreas de ação e de reflexão profissional favorecidas ou desvalorizadas seja pelos *poderes acadêmicos, políticos, econômicos*, seja pelos *seus próprios profissionais*, com conseqüências decisivas sobre os papéis e o estatuto social de seus agentes.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Trad. João Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia — O que é sociologia?* Trad. Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Gianotti. 8. ed. São Paulo: Difel, 1980.

________. *Dialética e cultura*. Trad. Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Octavio. A construção de categorias. Apostila não revisada de curso ministrado na PUC-SP, 1988.

LEFORT. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARSON, Alberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos (org.). *Repensando a história*. São Paulo: Marco Zero, s.d.

MARX, Karl. O método da economia política. In: *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos*. Trad. José Arthur Giannotti e Edgard Malagodi. São Paulo: Abril, 1978.

SILVA, Marcos A. *Repensando a história*. São Paulo: Marco Zero, s.d.

A PESQUISA-EM-AÇÃO-DA-INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.

Karl Marx

As práticas de pesquisa científica, para que possibilitem a construção de conhecimentos que conduzam a uma intervenção ética e politicamente intensionada na realidade, têm suas exigências próprias no que se refere à lógica, à epistemologia e às técnicas. Nessa perspectiva, à medida que o profissional que pesquisa assume como postulado a associação fundamental entre prática e teoria[1], vê-se desafiado a construir um caminho[2] para a investigação de sua ação no processo mesmo da intervenção. É esse caminho que denomino de pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional.

A pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional é, portanto, uma metodologia que implica um processo de reflexão, de análise e de produção de conhecimentos,

[1] Lukacs diz que a explicação da realidade "supõe um quadro de elaboração, um movimento que a constitui, ou seja, o método. A teoria em si não muda o mundo. Enquanto tal, contribui para transformá-lo cumprindo, assim, uma função prática, em cujo movimento os componentes cognitivos e tecnológicos são mutuamente levados em conta. [...] A unidade teoria-prática informa o método que é a trajetória teórica de interpretação da realidade [...] tendo em vista a apreensão do método em sua compulsória relação com a prática, o método é referência para balizar processos de pesquisa [e de intervenção], apreendendo o núcleo histórico dos fatos que lhe servem de base" (1981: 12).

[2] Minayo analisa que o trabalho científico "caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas" (2004: 12).

de explicações e de ações, que busca apreender como se operam as mudanças nas condições da sociedade e como uma atuação pode ocorrer para o alcance dos avanços considerados necessários.

Essa metodologia procura deliberadamente o conhecimento rigoroso e científico, mas não se atém a um circuito analítico da ação que investiga: desenvolve percursos independentes para a construção do conhecimento e para a operação da ação. Mais do que a compreensão isolada dos processos que configuram a realidade, procura conhecê-la e atuar sobre ela em uma perspectiva de totalidade, a partir da qual emergem possibilidades concretas de intervenção: procura um saber abrangente e crítico para construir um saber fazer também crítico e abrangente.

Tendo como ponto de partida que qualquer investigação configura um estudo sistemático em busca de conhecimentos e respostas em relação a determinado objeto, com o fim de incorporá-lo, de maneira comunicável e comprovável, a um corpo de conhecimentos de que se dispõe, nessa modalidade de pesquisa o profissional/pesquisador procura dar à questão particular que lhe é posta uma dimensão universalizante, seja no que concerne à reflexão que informa seu projeto, seja no que se refere às análises que realiza durante todo o percurso da investigação sobre a ação profissional. Para Odária Battini (em encontro promovido para discussão dessa metodologia), "o objeto da investigação, por estar inscrito na totalidade social e ser dialeticamente determinado e determinante na relação universal/singular/particular, é apreendido pela pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional no seu movimento constituinte que, no decorrer do processo investigativo, vai construindo o objeto e contribuindo para a reconstrução do real: é um movimento que vai da compreensão ingênua para a particularidade do

fenômeno, fazendo vigir um novo significado, com novas determinações em patamares superiores de conhecimento e de socialidade".

Esse tipo de investigação, que se relaciona diretamente com a prática interventiva do profissional que se quer crítico, deve em seus pressupostos definir-se ética e politicamente[3]. Sua definição ética informa a clarificação do papel do técnico que a opera e de seu posicionamento diante das relações da sociedade. Sua definição política se faz necessária porque esse tipo de investigação está relacionado às apostas e às ações profissionais sobre a realidade, no sentido de sua mudança ou de sua transformação, o que o leva a incluir-se na arena de disputas entre interesses diversos que movem as relações sociais, implicando poder, pactuação e decisões.

Essa é, portanto, uma pesquisa que mobiliza, simultaneamente, um projeto ético/político/social e um projeto científico, assumidos ambos pelos profissionais/investigadores, e que implica sempre uma apropriação do saber pelos seus integrantes.

O que distingue esse tipo de pesquisa de outras é, basicamente, o fato de constituir a forma de investigação que mais imediatamente responde às questões postas pela prática profissional, abrindo possibilidades concretas para a renovação da ação. Contribui também para superar o senso comum, o pragmatismo, o normativismo e o formalismo, apreendendo o movimento da sociedade e as particulari-

[3] No encontro já referido neste texto, Odária Battini lembra que a dimensão ético-política considera ontologicamente a prática social com suas determinações sócio-históricas, as quais se revelam nas múltiplas relações sociais e contaminam instituições (famílias, profissões, organizações governamentais e não governamentais, movimentos etc.). Essa dimensão impulsiona conhecimentos e ações profissionais em defesa de valores éticos universais e modos próprios de reconstruí-los e operá-los em espaços diversos de relações sociais, contribuindo para o respeito à igualdade nas diferenças.

dades dos sujeitos que o alavancam, na direção de finalidades determinadas.

Ao fazer uma pesquisa dessa natureza, o profissional/pesquisador realiza um esforço no sentido de viabilizar uma produção de conhecimentos que lhe permita, além de superar práticas espontâneas e reflexões que se confinam em ações pontuais, construir uma proposta de prática inovadora, dinâmica, abrangente e replicável, que instrumentalize[4] a intervenção profissional. Ela é desencadeada por pessoas que, estando em exercício de uma prática, necessitam de informações/conhecimentos não apenas sobre a situação tomada como objeto de investigação, mas principalmente sobre os modos de agir sobre ela.

Essa sua especificidade evidencia a importância da pesquisa da intervenção, no âmbito daquelas profissões que se colocam o desafio da ação. Também, ao se tomar a intervenção profissional como uma dimensão particular da prática social e se assumir como verdade o que afirma Frigotto (apud Fazenda, 2003: 81) — que a reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas ocorre em função da ação para transformá-la e que, no processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere a realidade, no plano do conhecimento e no plano histórico-social —, a investigação da intervenção assume um sentido ontológico e sua operacionalização se faz na relação dialética história e ciência.

[4] Battini esclarece a concepção de instrumentação na seguinte perspectiva: "É a utilização pertinente e adequada das técnicas, teorias, processos, instrumentos, conhecimentos, habilidades e relações, sendo categoria de caráter quantitativo e qualitativo, eixo operacional das profissões [...] [inicia no] momento da intencionalidade da ação, sustentando a trajetória da intervenção manifestada nas sucessivas aproximações" (1994: 3).

A RELAÇÃO ENTRE A PESQUISA-EM-AÇÃO-DA-INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E A TEORIA

> *O principal defeito até aqui do materialismo de todos os filósofos – incluindo aqui Feuerbach – é que o objeto, a realidade, o mundo sensível não são compreendidos senão sob a forma de objeto ou de intuição, não como uma atividade humana concreta, como prática.*
>
> Karl Marx, *Teses sobre Feuerbach*

Na definição dos caminhos de sua investigação e de sua ação, os profissionais/pesquisadores se respaldam em sistemas de valores que expressam interesses de classe e concepções de mundo que têm como fundamentos teorias sociais[5].

[5] Nessa reflexão, teoria social não é tomada como um quadro explicativo abstrato, mas sim como o fundamento que se encontra na base das ciências humanas e sociais e de seus métodos de apreensão e explicação das relações entre os homens e destes com a natureza. Esses fundamentos têm base histórica: estão relacionados à posição e à função dos sujeitos na estrutura social e ao seu modo de inserção no processo de produção.

É na explicitação desses fundamentos que se apóiam os principais direcionamentos teóricos e práticos de suas proposições. Tomando como base uma análise que Nagel faz a respeito dos pesquisadores (Schaff, 1986: 70), poderíamos dizer que a qualidade da investigação e de seus resultados, em termos de conhecimentos e de práticas, decorre da clareza das concepções com que esses profissonais organizam os materiais de que se servem, dos princípios e da estrutura explicativa segundo os quais os avaliam para definir os rumos de sua investigação e de sua prática.

Na perspectiva dessa proposta de metodologia, a teoria é uma expressão abstrata do movimento concreto da sociedade. Nesse sentido, trata de princípios fundamentais concernentes às relações entre os homens e deles com a natureza. São esses princípios que fornecem as bases para as ciências humanas e sociais e seus métodos[6].

No processo de investigação de que estamos tratando, procura-se ter presente que há sempre uma teoria orientando o recorte que o pesquisador fará da realidade e o modo como delineará sua investigação. A teoria é tomada como a chave explicativa que permite formular o esquema de coleta de informações e de análise e instrumentalizar o diálogo do profissional/investigador com o objeto. Nesse sentido, a teoria levará a uma das leituras possíveis da realidade, resultado de uma apreensão diferenciada, de acordo com o lugar no qual os pesquisadores se colocam para interrogar o real e/ou para traçar respostas às questões sociais que se colocam no horizonte do seu exercício profissional. Sendo formulações de sujeitos, essas leituras e ações exprimem suas versões sobre o modo de ser e de se constituir da realidade estudada.

[6] Goldmann (1972) escreve que as ciências humanas precisam ser filosóficas para serem científicas.

Portanto, a pesquisa-em-ação-da-intervenção, tomada como um processo de interação entre os sujeitos que conhecem e o objeto de seu conhecimento, produzido no "enquadramento da prática social do sujeito que apreende o objeto, na-e-pela-sua atividade" (Schaff, op. cit.: 75), vai exigir a explicitação da teoria social que fundamenta essa apreensão e que determina o tipo e os limites da análise e da ação sobre o real na prática dos profissionais/pesquisadores. A maneira como esses profissionais apreendem e atuam sobre o real é indicativa de suas visões de mundo[7], de seus posicionamentos teóricos, de seus pressupostos básicos, de seus princípios, das estruturas compreensivo-explicativas de que se servem.

Não se trata, portanto, de desenvolver um referencial, mas de plasmar uma dimensão teórica, ou seja, de submeter à crítica teórica não apenas a abordagem da verdade, mas também os instrumentos e as técnicas, tanto da pesquisa quanto das práticas e, ainda, da avaliação dos seus resultados. Ao mesmo tempo que a teoria dá significação aos dados empíricos, vai adquirindo novo significado à medida que esteja sendo articulada à realidade. Nesse processo, desvela-se a dinâmica do objeto investigado, o que permite reconstruí-lo e apreender sua complexidade essencial como expressão de relações sociais.

Essa proposta investigativa trata dos saberes relacionados ao objeto em uma perspectiva de processo. Não assume os modelos construídos pelas ciências de forma mecânica, objetivada, acabada, mas se apropria desses conhecimentos

[7] "Uma visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos." (Goldmann, 1979: 20)

de forma constituinte, inserindo neles um processo de reflexão crítica que possibilita o seu avanço. Se, por um lado, o conhecimento não é tomado como algo pronto, linear, acumulativo, nem como um saber que contém todas as respostas, por outro lado, assume-se que cabe aos profissionais/investigadores introduzir algo novo nesse acervo, um saber fundado em bases consistentes, cientificamente aceitas, relacionando essa contribuição não apenas a seu objeto imediato, mas à sua universalidade. Caso isso não ocorra, essas contibuições correm o risco de permanecer limitadas às situações e problemas específicos a que se destinam imediatamente.

A PESQUISA-EM-AÇÃO-DA-INTERVENÇÃO PROFISSIONAL COMO UM PROJETO COLETIVO

> *Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um 'nós', mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse 'nós' e transformá-lo em uma soma de individualidades distintas e fechadas umas às outras.*
>
> Lucien Goldmann, *Dialética e cultura*

Por ter por objeto os modos de enfrentamento das questões postas à prática de profissionais, a pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional tem sido, na maior parte das vezes[8], realizada por equipes de profissionais/pesquisadores de uma instituição ou, ainda, de diversas instituições, quan-

[8] Isso não significa que essa seja uma modalidade de investigação que não possa ser realizada individualmente. Uma pesquisa-em-ação-da-intervenção individual documentada em tese de doutorado na PUC-SP é a de Luiz Antônio Gastardi: *Educação informal para crianças e adolescentes*, 1998.

do esse enfrentamento se faz em rede[9]. Seus projetos têm expressado a preocupação com o aproveitamento, tanto quanto possível, do quadro institucional existente, quer em termos de infra-estrutura material, quer em termos de recursos humanos. Nesse sentido, freqüentemente, há um investimento na adequação da infra-estrutura material e uma ênfase especial à formação e capacitação específicas dos profissionais. O critério para a escolha dos componentes do quadro de profissionais pesquisadores a serem envolvidos no processo tem sido a capacidade dessas pessoas para reorientar suas atividades com vistas à realização de tarefas diferentes daquelas a que estavam acostumadas. Embora a autonomia de cada profissional na condução dos trabalhos prevaleça, sua conjunção com a orientação política do gestor é de fundamental importância para viabilizar a pesquisa-em-ação-da-intervenção no sentido de sua legitimidade e reconhecimento institucional e social.

O caráter complexo dessa metodologia e o fato de ser um processo coletivo que se propõe realizar não apenas uma

[9] Esse tipo de investigação foi experimentado pela primeira vez em 1990, na Baixada Santista, em um curso de especialização realizado pelo Cogeae/PUC-SP, com patrocínio da CBIA/SP e sob a coordenação de Myrian Veras Baptista e Maria Manuela Bizarro. São documentações de pesquisas realizadas a partir dessa metodologia:

- BATTINI, Odária. *Pesquisa-ação: construindo uma metodologia de trabalho*. Paraná, UEL/CBIA/Faspar, 1994.
- *Programa Construindo o Trabalho*. Paraná. UEL/Sert/MTb, 1998.
- Construindo o método. In: *Assistência social — Constitucionalização/representação/prática*. São Paulo: Veras. 1998. p. 11-60.
- GASTARDI, Luiz Antônio. *Educação informal para crianças e adolescentes*. PUC-SP, 1998.
- SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. *O cotidiano e a vida profissional*. PUC-SP, 1994.
- LOSACCO, Silvia. *Metrons e medidas. Caminhos para o enfrentamento das questões da infração do adolescente*. PUC-SP, 2004.

investigação, mas também estabelecer uma dinâmica controlada de intervenção e instaurar novas modalidades de ação, mobiliza investigadores e técnicos, grupos comunitários e instituições.

É, portanto, uma metodologia que implica um processo compartilhado de reflexão, de análise, de produção de explicações e de modos de ação, que busca entender como se realizam as mudanças nas condições da sociedade, como essas mudanças se expressam no cotidiano dos grupos sociais e que impactos provocam, quais as possíveis estratégias de atuação sobre elas.

Para que esse processo aconteça, a preocupação inicial é o estabelecimento e a consolidação de uma estrutura coletiva de investigação que reúna pesquisadores pessoalmente envolvidos seja no conhecimento das questões e das políticas relacionadas à situação em foco, seja na implementação de práticas para elas direcionadas.

Essa construção se faz com a adoção de uma dinâmica de cooperação interna e de abertura para a interlocução com pessoas externas ao grupo. Tal cooperação tem como princípio operativo enfatizar as intencionalidades que unem seus integrantes, construindo uma unidade na diversidade que impulsione estratégias convergentes ao enfrentamento da questão em pauta. A relação entre os pesquisadores é, portanto, necessariamente horizontal, respeitando o direito fundamental que cada um tem de trazer para debate sua visão do problema, não devendo prevalecer, *a priori*, as opiniões destes ou daqueles participantes.

Barbier já ressaltava que "*mais que nunca a pesquisa-ação é uma co-formação na qual o intelecto, a imaginação, a sensibilidade caminham juntos*" (1993: 39). Nesse sentido, no processo de pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional, os resultados têm também a ver com o respeito ao diferente

e às diferenças, com o tipo de articulação e o tipo de parceria, obtidos no relacionamento sujeito/sujeito e sujeito/grupo de seus pesquisadores. Suas aproximações deverão preservar a caminhada peculiar de cada grupo e de cada pesquisador. Nessa interlocução, os dados de pesquisa levantados pelos diversos investigadores podem (e devem) ser utilizados em mais de um estudo, mudando o ângulo do olhar lançado sobre eles.

Enquanto processo complexo, freqüentemente a pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional compõe um projeto integrado, o qual alia os objetivos gerais da investigação aos objetivos próprios de cada pesquisador participante. Esses objetivos são perseguidos simultaneamente enquanto é desenvolvida a pesquisa/intervenção. Os profissionais/pesquisadores que nela se engajam têm sempre uma intencionalidade definida. Desenvolvem, simultaneamente, um projeto social e um projeto científico, assumidos ambos por todos, o que exige uma dialética especial de relação.

A complexidade desse processo de investigação e o envolvimento de diferentes grupos engendra e produz novas descobertas que vão constituir avanços no conhecimento. Produz também, muitas vezes, contradições, frustrações e insatisfações, que precisam ser analisadas para poderem ser superadas. Para isso, há que se definir qual o universo do possível: qual é o campo de interação; quais são as responsabilidades específicas de cada profissional/pesquisador; quais são os pesquisadores que interagem nesta ou naquela situação; qual é a autonomia de cada profissional pesquisador e que intencionalidade os movimenta.

No espaço da investigação, assume-se que todos os profissionais/investigadores têm (pelo menos no nível de potencialidade) um poder de decisão que lhes permite determinar sua ação em função de sua capacidade de utilizar as

oportunidades. Essa capacidade tem a ver com a aptidão de cada um, seus recursos, sua formação e seu nível de informação. Nesse espaço, busca-se ampliar a qualidade dessa emancipação com a ativação de suas habilidades, principalmente ao definir suas estratégias de ação e ao assumir sua capacidade de iniciativa e de criação de novas oportunidades. Isso implica sempre uma apropriação específica do saber por cada um de seus integrantes.

A diversidade das ações dos profissionais/pesquisadores se desenvolve em uma perspectiva transdisciplinar e transinstitucional[10]: busca diferentes interlocutores, seja nos meios acadêmicos, seja no âmbito político-governamental e não governamental, seja junto ao empresariado, seja nas instituições que estão implementando políticas e planos. Envolve também, como sujeitos ativos, não só investigadores, mas os grupos populares relacionados ao objeto da investigação. Assim, a ação prevista freqüentemente tem uma estrutura coletiva organizada, composta pelo sistema 'interno' de investigadores e técnicos e por um sistema 'externo' de participantes, formado de acordo com as necessidades dinâmicas de cada uma de suas aproximações. Essa sua complexidade adensa a missão institucional com abertura para o exterior, com o privilegiamento da participação dos usuários e da alavancagem dos processos de controle social.

[10] Nessa metodologia, as relações transdisciplinares e transinstitucionais são entendidas como relações complexas que buscam a reconstrução, no nível do pensamento e da ação, da totalidade dos fatos sociais. Tem por objetivo superar os limites disciplinares e institucionais, sem prejuízo de suas identidades, na busca de uma unidade, na diversidade dos conhecimentos e das ações propostas.

A PROCESSUALIDADE DA PESQUISA-EM-AÇÃO-DA-INTERVENÇÃO PROFISSIONAL: AS APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS AO OBJETO[11]

Os fatos empíricos isolados e abstratos são o único ponto de partida da pesquisa e [...] a possibilidade de compreendê-los e deles extrair as leis e a significação é o único critério válido para julgar o valor de um método ou de um sistema filosófico.

Goldmann, *Dialética e cultura*

A configuração que se costuma dar à pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional está sempre relacionada ao lugar do profissional/pesquisador na divisão sociotécnica do trabalho, ao seu objeto, aos seus objetivos e ao contexto no qual ela é aplicada. Mas seja qual for essa configuração, em termos de processualidade, nas investigações rea-

[11] A processualidade descrita a partir deste item é assumida por profissionais pesquisadores ligados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da PUC-SP, o que não significa que deva ser necessariamente adotada para configurar qualquer pesquisa-em-ação-da-intervenção.

lizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança da PUC-SP, ela sempre se faz a partir de uma lógica de sucessivas aproximações, que vai construindo e reconstruindo conhecimentos e ações que têm por base as situações vivenciadas e as reflexões sobre elas de cada pesquisador e de todo o grupo.

Freqüentemente, essa processualidade tem como pontos de partida as 'angústias'[12] dos profissionais/pesquisadores e/ou dos grupos sociais ou das instituições com os quais trabalham, principalmente pelo fato de terem por objeto expressões da questão social, ou seja, situações geradas pelas desigualdades decorrentes de uma sociedade capitalista amadurecida. A freqüência dessa motivação tem levado as equipes a assumirem como mote de sua ação uma expressão cunhada por Devereux (1980: 375) — *da angústia ao método* —, o que significa não permitir que a angústia nos paralise, mas, pelo contrário, que se faça dela um desafio para desvelar caminhos de superação.

É com essa perspectiva que os profissionais/pesquisadores que realizam essa modalidade de investigação necessariamente adotam uma abordagem de processo. Essa abordagem se caracteriza, por um lado, por um engajamento pessoal e grupal em relação à questão pesquisada (que os grupos com freqüência denominam 'paixão'), aliado a uma deliberação racional de recomposição de saberes, de práticas, de realidades a serviço da construção de respostas a esse desafio (denominada 'razão'); e, por outro lado, pela abertura permanente ao novo, considerando que cada ponto de

[12] O termo 'angústia' é tomado aqui na perspectiva utilizada por Kierkgaard (apud Abbagnano, 1996: 73-4), ou seja, como atitude do homem frente a sua situação no mundo: a raiz da angústia é a existência como possibilidade humana, que não oferece nenhuma garantia maior de possibilidades favoráveis do que de possibilidades mais desastrosas.

chegada é, ao mesmo tempo, um ponto de partida para o desvelamento de novos conhecimentos e novas práticas e que "*nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos*" (Goldmann, 1979: 5).

O esforço da investigação se dirige ao privilegiamento do cotidiano dos sujeitos, procurando construir caminhos que levem a gestar práticas em patamares superiores de conhecimento e de socialidade e que sejam capazes de romper com a estrutura técnico-burocrática institucional e com a cultura política que a sustenta, ambas freqüentemente impregnadas de uma herança conservadora com reflexos compensatórios e tutelares que legitimam a subalternidade, naturalizando a opressão, a desigualdade e a violência em suas diferentes formas de aparecer. A pesquisa-em-ação-da-intervenção profissional elabora transições, desenvolvendo um conjunto de atividades pelas quais os profissionais/pesquisadores transformam as normas, as práticas preexistentes, as estruturas organizacionais, tendo em vista mudanças na adequação entre as necessidades a que têm que dar respostas e as contrariedades do contexto. Procura repor em outras bases a dimensão política da prática profissional, por meio da interlocução usuário/instituições, considerando que é nessa dinâmica que se dão as correlações de forças entre esses segmentos, que irão se construindo as possibilidades do trabalho.

A PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: A ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE

O nós, a referência ao grupo ou à instituição, cede terreno diante da relação que temos com nós mesmos, através da nossa relação com os outros, e em primeiro lugar a felicidade, o prazer ou a tristeza que sentimos nessa relação.

Alain Touraine, *Poderemos viver juntos?*

A conexão e a integração da estrutura da investigação é obtida mediante reuniões sistemáticas entre profissionais pesquisadores, tendo em vista aliar o trabalho coletivo às suas iniciativas individuais e grupais e desencadear uma metodologia de participação com vistas à sua aplicação na programação, execução, acompanhamento, avaliação e reformulação da pesquisa. Essas reuniões, de acordo com as necessidades dos envolvidos, tratam tanto de segmentos da questão abordados nas diferentes pesquisas (quando estas compõem um projeto integrado) quanto da temática como um todo.

A primeira providência, portanto, é reunir os pesquisadores, os técnicos e os demais sujeitos envolvidos e discutir com eles a sua dupla ação — de pesquisa e de intervenção —,

refletindo sobre o que singulariza esse tipo de investigação. Em continuidade, é realizado um estudo sistemático da pesquisa-ação-da-intervenção como abordagem metodológica adequada para a construção de conhecimentos sobre a situação e sobre a ação profissional na situação em foco. Com base nessas discussões e reflexões e nas referências teórico-metodológicas que as instrumentalizam, o grupo sistematiza o objeto, os objetivos, a configuração da pesquisa e as possíveis alternativas de procedimentos.

As primeiras reuniões são voltadas à identificação das questões relevantes e das prioridades da investigação/intervenção, à percepção de como as pessoas vêem e pensam essas questões, que aspectos consideram prioritários para a sua prática e que tipos de respostas procuram encontrar. Nessa oportunidade, vão se esclarecendo referências e intencionalidades, levando os profissionais, concretamente, a se organizarem melhor em torno de problemas que consideram importantes, sendo mais estimulados a tomar decisões racionais em seu próprio meio e circunstância.

Essas reuniões têm também por proposta promover a configuração dos paradigmas[13] que vêm norteando suas apreensões das estruturas que determinam/explicam a realidade a ser abordada, que apontam caminhos para a investigação e para a ação profissional a ser desenvolvida e para os conhecimentos científicos que serão utilizados diante das diferentes situações que precisarão enfrentar. Nesse sentido, esses primeiros encontros são espaços que possibilitam desenvolver e afinar uma vasta e segura perspectiva dos fundamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos das investigações e práticas a serem realizadas.

[13] Conjunto de princípios sobre os quais é preciso que haja acordo e que fundam a pesquisa proposta.

Esses encontros preliminares também possibilitam a apreensão analítica e transdisciplinar[14] dos conhecimentos já adquiridos em relação a aspectos fundamentais das questões que constituem o objeto de intervenção, o qual é, ao mesmo tempo, o objeto de investigação. Desencadeia-se, desde esse momento, um processo no qual, como recomenda Battini, procura-se "adquirir um saber sobre a teoria e o método como suporte da ação profissional para a leitura da realidade e a conseqüente criação de uma metodologia [de ação]" (1994: 3).

Ao final dessa primeira aproximação, os componentes da equipe constroem as propostas de investigação e de prática a serem operadas: definem as ações a serem desencadeadas/pesquisadas, a processualidade a ser assumida, os modos de acompanhamento e controle da ação e dos resultados. Discutem também a sistemática da investigação e agendam os encontros gerais e parciais para acompanhamento e estabelecimento do movimento necessário para a construção de novos conhecimentos. Com base nas discussões realizadas e nas decisões encaminhadas nessas reuniões, os profissionais/pesquisadores elaboram um ou mais projetos preliminares da investigação e da ação a serem realizados no período que antecede a mais próxima reunião geral (freqüentemente, esse período varia de um a dois meses), tornando claros seus objetivos, seus procedimentos, seus instrumentais. Tais projetos deverão delimitar sua área de atuação a um campo de interação concreta e definir nitidamente um ou mais espaços de enfrentamento da problemática em estudo e com quais parceiros precisam contar.

[14] Considera-se transdisciplinar a interpretação que é feita a partir de uma perspectiva de totalidade na qual as diferentes contribuições disciplinares são apropriadas e reconstruídas de modo a permitir a análise do objeto como um todo.

A clareza dessas definições é fundamental porque, em processos de investigação aliados à ação concreta, não pode haver imprecisões ou indefinições, uma vez que o trabalho de campo freqüentemente se faz com a participação do usuário dos serviços que estão sendo construídos, na qualidade de protagonista das mudanças propostas. O controle pelo grupo usuário é a chave para encorajar a participação, desde que esse se exerça, simultaneamente, sobre os recursos, o pessoal e o poder decisório.

O acompanhamento e o permanente reconstruir da pesquisa/intervenção têm sido realizados por meio de encontros gerais — geralmente mensais ou bimensais, dos quais participam todos os profissionais/pesquisadores envolvidos no processo — e encontros parciais — que ocorrem nos períodos intermediários e envolvem pesquisadores engajados em projetos/ações específicos. Tanto os encontros gerais quanto os parciais são de iniciativa e direção dos coordenadores gerais da pesquisa-em-ação-da-intervenção.

Os encontros gerais têm por objetivo, além de aliar as diferentes dimensões dos projetos, levar à discussão temas considerados de importância pelas equipes para dar continuidade aos seus trabalhos e, ainda, como adianta Losacco, realizar "a análise crítica das ações desenvolvidas e de seus resultados de avaliação do processo, para superação e extração de novos aprendizados/conhecimentos e reconstrução permanente do projeto, e disseminação entre as equipes. [Propõe-se a realizar também] a ordenação dos conhecimentos e as percepções diversas, compartilhar e confrontar interpretações dos sujeitos que vivenciaram as ações, enriquecer os conhecimentos já acumulados, aperfeiçoar as práticas e, principalmente, identificar tensões, mudanças e decisões" (2004: 36). Ao término de cada encontro geral, as equipes reelaboram seus projetos de pesquisa/procedimentos inter-

ventivos, em consonância com as análises e as decisões auferidas nesse processo.

Os encontros parciais têm uma característica aproximada de supervisão. Neles são discutidos, no nível das diferentes equipes, o andamento da pesquisa/intervenção específica, as facilidades, as dificuldades, os modos de superação. São esses encontros que vão permitir aos coordenadores gerais da pesquisa-em-ação-da-intervenção detectar os temas e as questões que deverão nortear cada encontro geral.

AS SUCESSIVAS APROXIMAÇÕES: O DESENROLAR DA PESQUISA-EM-AÇÃO-DA-INTERVENÇÃO

O pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente.

Lucien Goldmann, *Dialética e cultura*

Para o desenvolvimento das diferentes aproximações do processo, os profissionais/pesquisadores tomam como referência os objetivos operacionais, os procedimentos e as metas definidas no projeto (ou nos projetos) de investigação e de ação elaborado para cada uma de suas instâncias. Os diferentes aspectos e as diversas aproximações da pesquisa-em-ação-da-intervenção constituem, desse modo, um processo que pode sempre tornar-se mais completo e mais complexo, uma vez que se considera que o objeto do conhecimento é infinito, sendo infinitas as possibilidades de cor-

relações e de suas mutações no tempo, quer se trate da totalidade do real, quer de qualquer um de seus fragmentos.

A partir do esboço do objeto (ainda totalmente imerso na situação problemática) resultante das apreensões realizadas nas reuniões preliminares, a equipe inicia o processo de sua reconstrução, substituindo progressivamente sua configuração por outras cada vez mais precisas e mais complexas. Esse aprofundamento investigativo tem por objetivo assimilar a racionalidade e a lógica daquele conjunto relativamente desorganizado de fatos, de dados e de informações. Tal movimento de reconstrução dinâmica do objeto é mantido durante toda a pesquisa, guiado por uma intencionalidade constituinte, e sua progressão se realiza em patamares, abrindo a cada aproximação novos horizontes para o conhecimento e para a prática.

Nessa dinâmica, as relações estabelecidas entre o saber que vai sendo adquirido na investigação e a teoria se expressam nas formas de percepção das evidências do real (os dados, os fatos, os acontecimentos) e de sua problematização: sem empiria, sem análise de documentos, sem observação da realidade, não se consegue problematizar. É por meio desse 'diálogo com as evidências' que o real ganha conteúdo e se transforma em concreto pensado (Marx, 1978: 117).

Nesse sentido, a construção permanente do processo de pesquisa tem por base os acontecimentos sociais concretos, ou seja, a equipe assume que os fatos que se põem imediatamente aos seus sentidos são parte de uma realidade historicamente determinada, e que são essas determinações que conformam a sua essência, a sua concretude. Esses fatos, freqüentemente, são objetivados de forma tão 'real' e intensa que velam o que o está determinando: a sua gênese. Há que ser feita uma leitura mais aprofundada e mais atenta para que se chegue à sua compreensão e explicação. Nessa

leitura, o fato 'real' é tomado como índice, como sinal que expressa uma relação, mas não como o fundamento último do horizonte analítico. Do mesmo modo, as categorias teórico-metodológicas que informam a ação/investigação profissional não são tomadas como simples enunciados *a priori* sobre algo, mas como "expressões das formas de modos de ser, determinações da existência" (Marx, 1978: 121).

A equipe assume também, como sinaliza Souza (1991: 15-7), que os acontecimentos não seguem uma lógica determinada. Os processos são complexos, têm sentidos e dinâmicas que não estão subordinados a determinações lógicas (o que não impede a equipe de procurar o encadeamento, as articulações, os sentidos comuns desses acontecimentos), e perceber a lógica interna de determinada política ou ação vai possibilitar a compreensão de seus sentidos. É a percepção dessa complexidade e dessa lógica que irá possibilitar a construção de propostas de intervenção profissional e de direcionamento dos conhecimentos a serem construídos, em um sentido de ação política, tomando-a como *base da possibilidade de transformações, de mudança, do surgimento do novo*.

Freqüentemente, para proporcionar à investigação um dinamismo que permita dar passos à frente do existente, os pesquisadores se dedicam, nessa continuidade, a "adquirir um saber a respeito do objeto sobre o qual a ação profissional recai, para intervir com competência teórica, técnica, política e inter-pessoal, conquistando efetividade na ação e, simultaneamente, criando metodologia na e pela intervenção metodologicamente conduzida" (Battini, 1994: 3).

Nesse sentido, dedicam-se à avaliação do que existe, ao conhecimento das propostas já experimentadas para enfrentamento das questões-objeto da pesquisa/intervenção. Para realizar essa avaliação, estabelecem um quadro de situação que lhes permita uma análise estrutural e funcional da rea-

lidade e das práticas em andamento. Realizam também atualização bibliográfica, levantamento e análise de estudos existentes sobre o tema e, quando possível e necessário, debate com especialistas. Naturalmente, a definição do olhar que vai ser lançado sobre essas informações tem por base a vertente teórica assumida, a qual irá configurar um conjunto próprio e articulado de questões e nortear a sua sistematização e organização para intervir sobre elas.

Para a coleta de dados e informações, além dos dispositivos das pesquisas tradicionais, os procedimentos de investigação costumam ser enriquecidos com as contribuições trazidas a partir da formação básica dos profissionais/pesquisadores, os quais podem ainda oferecer ao grupo uma 'informação vivida', ou seja, uma informação que seja fruto de sua experiência pessoal. Essa troca se faz a partir de um diálogo aberto, no qual se integram as informações pertinentes à situação que os membros da pesquisa já dispunham: estrutura dos problemas, experiências passadas de solução (e sua avaliação), identificação de potencialidades e dos 'nós de estrangulamento' nos diversos níveis de intervenção. Em vista disso, nas reuniões de equipe, procura-se propiciar oportunidades para que os pesquisadores e demais participantes conversem entre si, troquem impressões, explicitem angústias, compartilhem seus problemas e idéias sobre a questão central e o seu enfrentamento. A coordenação da pesquisa recolhe e pondera as questões recebidas e coloca-as em prioridades para reflexão e discussão, sempre que possível com um consultor, especialista da temática. Em um segundo momento, essas informações deverão ser completadas com dados primários e secundários, que permitam uma visão mais substanciada da questão.

No decorrer dessas aproximações, o trabalho de campo da investigação/intervenção caminha centrado em duas perspectivas:

- da prioridade das questões centrais que desafiam a intervenção profissional e a conseqüente discussão das responsabilidades dos diferentes níveis governamentais, da municipalização, da revitalização do poder local e da incorporação dos grupos sociais nelas envolvidos, como interlocutores e como elementos decisórios nas questões da política e da intervenção na problemática;
- da discussão sistemática, na tentativa de formular as estratégias profissionais de enfrentamento das principais questões postas.

Esse fato leva, por vezes, à necessidade de acionar procedimentos específicos e de naturezas diversas:

- de **investigação**, isto é, de produção de conhecimento sobre uma realidade tendo em vista a apropriação de dados, fatos e idéias que constituem o saber estabelecido em relação a ela e o enfrentamento do desafio da construção de uma experiência nova, cujo sentido ainda não está dado em nenhuma parte;
- de **formação de competência**, isto é, de desenvolvimento de um processo de capacitação continuada não apenas dos profissionais/pesquisadores, mas também de seus parceiros, de forma a desenvolver seu potencial criador e estabelecer condições para o enfrentamento das questões colocadas no real;
- de **inovação na ação**, isto é, de introdução de mudanças em determinada situação, com o propósito de dar solução a problemas identificados, evidenciando novos patamares de práticas, de saberes e de relações. A ação prática vai, então, se inscrever não nas normas ditadas pela teoria, mas nas condições objetivas existentes, tratando de desenvolver novas capacidades que superem nitidamente suas bases originárias.

ELABORAÇÃO DAS SISTEMATIZAÇÕES E GENERALIZAÇÕES POSSÍVEIS DOS CONHECIMENTOS APREENDIDOS NAS APROXIMAÇÕES REALIZADAS

A interpretação dos fatos observados e dos dados colhidos não deve ser deixada ao senso comum nem aos impulsos dos participantes.

Thiollent. *Serviço Social & Sociedade* nº 10

Desde os primeiros momentos da pesquisa-em-ação-da-intervenção, o grupo pesquisador mantém-se atento para perceber as possibilidades objetivas que se abrem para a renovação dos conhecimentos e das práticas, sabendo que é preciso "procurar ver os sinais de saída para o 'novo', o não acontecido, o inédito: [uma vez que] tão importante quanto entender o que já está acontecendo é estar atento ao que já começa a se manifestar" (Souza,1991: 15). Essa renovação, no entanto, requer mais do que atenção: requer a realização de um trabalho insistente e vigoroso, que não se esgote na pesquisa e na intervenção, mas contemple procedimentos permanentes de documentação, de análise, de sistematização, de generalização e de disseminação de seus resultados parciais e gerais.

A documentação do processo da pesquisa é feita, a princípio, em cadernos de campo, nos quais são registrados os procedimentos, as observações e as análises cotidianas de cada pesquisador. Esses registros são complementados com a elaboração dos projetos que nortearão as ações e dos relatórios parciais e finais, com gravações de áudios e vídeos e com a recolha de documentos e de materiais audiovisuais produzidos no decorrer da pesquisa ou em função dela. Esses registros irão permitir o resgate das ações e dos conhecimentos que forem sendo reunidos com base nas situações vivenciadas no processo da pesquisa e da ação e nas reflexões realizadas sobre elas por cada pesquisador e por todo o grupo, à luz da perspectiva teórica assumida. Nesse processo, desvelam-se "a diversidade e a complexidade postas nos entendimentos e nas ações decorrentes destes entendimentos" (Losacco, 2004: 210).

Para a sistematização desses conhecimentos, os pesquisadores se dedicam a desenvolver um "discurso organizado, de forma dedutiva, incluindo o conjunto de premissas e a conclusão, constituindo um todo cujo fundamento é a unidade de princípios" (Abbagnano, 1996: 1081-2). Esse discurso, segundo Jará (2002), deve ir além da mera descrição não crítica dos fatos, uma vez que objetiva produzir novos conhecimentos a partir de práticas inovadoras, desvendando e renovando as teorias que estão pressupostas na ação e disponibilizando-as para intercâmbios. É importante ressaltar que, nas sistematizações que são produto de projetos integrados, estes não são tomados como uma somatória de experiências: devem ser respeitadas as singularidades dos diferentes projetos e das diferentes práticas, e a ênfase

dos pesquisadores deve incidir sobre os pontos comuns que os congregam, de forma que eles se imbriquem, compondo "uma teia relacional que lhes dê sentido" (Costa, 2002). Em sua tese de doutorado, Losacco informa que o fato de sistematizar sua experiência nessa modalidade de pesquisa possibilitou-lhe "ordenar os conhecimentos e as percepções diversas, criar espaços para compartilhar e confrontar as interpretações dos sujeitos que vivenciaram as ações, assim como contribuir para enriquecer as teorias, aperfeiçoar as práticas e, principalmente, identificar tensões, mudanças e decisões" (2004: 36).

As generalizações extraídas desse processo têm por base as análises do andamento da pesquisa-em-ação-da-intervenção e dos conhecimentos que foram se construindo a partir delas, uma vez que "o processo de conhecimento de uma realidade concreta exige a elaboração conceitual e a precisão da relação entre os conhecimentos gerais e os fenômenos observáveis, o que permite o avanço teórico" (Ezpeleta e Rockwell, 1989: 49). Nessa construção, cada pesquisador introduz algo de si no conhecimento, o qual é sempre um processo subjetivo/objetivo e histórico, que acumula verdades parciais, alargando-as, limitando-as, superando-as, mas baseando-se sempre nelas e tomando-as como ponto de partida para novos conhecimentos. Quando se propõem atribuir determinado nível de generalização ao saber construído, os pesquisadores assumem como princípio que, em ciência, o conhecimento só é válido se apoiado em coleta de dados e de informações em que os cuidados com a verdade estejam presentes, estabelecendo uma vinculação objetiva entre o saber científico e a apreensão que têm das coisas. Essa é uma propriedade essencial, porque a ciência, enquanto conhecimento intelectual, deve tender necessariamente para a busca da verdade e vincular-se a objetos reais e con-

cretos[15]. Nessa busca, é fundamental ter presente que as visões de mundo, as ideologias e as teorias sociais assumidas modulam de maneira decisiva as ciências sociais, colocando, assim, o problema de sua objetividade em termos totalmente distintos das ciências da natureza. Esses determinantes condicionam desde a escolha do objeto até a definição do que é essencial e do que é acessório na configuração da problemática da pesquisa, na interpretação dos fatos e na formulação de novos conhecimentos.

No processo de disseminação de conhecimentos, pode-se vislumbrar um conteúdo político, na medida em que há sempre uma posição a partir da qual esse saber é disseminado. Há uma busca no sentido de modificar modos de pensar, sentir e atuar. A disseminação se faz pela divulgação e discussão ampliada dos resultados, dos fatos, das análises e dos novos saberes adquiridos pelos pesquisadores, na perspectiva da ativação da capacidade de integração desses conhecimentos àqueles já acumulados pelas ciências. Ao tratar da questão da disseminação dos conhecimentos reunidos pela experiência, Toro (2002) afirma sua importância, refletindo que não basta que esses conhecimentos existam, é preciso que sejam transformados em conhecimentos sociais: se não se puder expandir o saber derivado de uma experiência, ela morrerá nela mesma. Toro considera, ainda, que a disseminação pode se realizar por meio do que ele denomina de 'diálogo de saberes', quando ocorre uma conjugação entre os saberes acadêmicos, os resultantes da experiência e aqueles

[15] Para Marx e Engels: "A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa da realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis é uma questão puramente escolástica." (*Teses sobre Feuerbach II*)

acumulados pela cultura. Esse diálogo ocorre, freqüentemente, quando aqueles que detém o conhecimento teórico se propõem subsidiar a análise e a construção de novas propostas de prática.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. Trad. Alfredo N. Galletti. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BARBIER, René. *Pesquisa-ação na instituição educativa*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

______. Recherche en sciences de l'education ou/et recherche en education. In: *Penser la formation. Cahiers de la section des Sciences de l'education*. Genève: Université de Genève, nº 72, out. 1993.

BATTINI, Odária. *Pesquisa-ação: construindo uma metodologia de trabalho*. Paraná, UEL/CBIA/Faspar, 1994.

______. Construindo o método. In: BATTINI, Odária et al. *Assistência social: constitucionalização/representação/prática*. São Paulo: Veras.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

______. *Pensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Ana Paula Mota. *Avaliação, sistematização e disseminação de projetos sociais*. I Seminário Internacional de Avaliação, Sistematização e Disseminação de Projetos Sociais. São Paulo, Fundação Abrinq (mimeo.), 2002.

DEVEREUX, George. *L'angoissse et la méthode dans les sciences du comportement*. Trad. do inglês por H. Sinaceur. Paris: Flammarion, 1980.

DEWEY, John. *Logic, the theory of inquiry*. Nova York: Henry Holt and Company, 1938.

EZPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1986.

ESTEVES, Antonio Joaquim. A investigação-acção. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento, 1986.

FAZENDA, Ivani. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Trad. Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

______. *Dialética e ciências humanas*. Trad. João Arsênio Nunes. Porto: Presença, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Trad. Luiz Mario Gazzaneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JARÁ, Oscar. *Avaliação, sistematização e disseminação de projetos sociais*. I Seminário Internacional de Avaliação, Sistematização e Disseminação de Projetos Sociais. São Paulo: Fundação Abrinq (mimeo.), 2002.

KONSTANTINOV. *Fundamentos da filosofia marxista-leninista: introdução ao materialismo dialético*. Trad. João Alves Falcato. Portugal: Novo Curso, 1975.

LADRIERE, Jean. Prefácio. In: DE BRUINE, Paul e outros. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Trad. Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LEWIN, Kurt. *Problemas de dinâmica de grupo*. Trad. Miriam Moreira Leite. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1973.

LOSACCO, Silvia. *Métros e medidas: caminhos para o enfrentamento das questões da infração do adolescente*. São Paulo, 2004. Tese de Doutorado. PUC-SP.

LUKÁCS, György. *Sociologia*. Trad. José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática, 1981. (Grandes Cientistas Sociais nº 20).

______. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Ontologia social: formação profissional e política*. São Paulo: PUC-SP/Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxistas, 1997.

MAILHOT, Gerald. *Dinâmica e gênese dos grupos*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Trad. Sergio Magalhães Santeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. Trad. José Carlos Bruni e outros. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NETTO, José Paulo. *O método em Marx*. Aulas transcritas de gravação por Myrian Veras Baptista (sem revisão do autor). São Paulo: PUC-SP, 1990.
PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. Trad. Marco Aurélio Fernandes Velloso. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
SANTOS, Leila Lima (org.). *La investigacion-accion: una vieja dicotomia*. Lima: Celats, 1994.
SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
SOUZA, Herbert de. *Como se faz análise de conjunturas*. Petrópolis, RJ: Vozes/Ibase, 1991.
STAVENHAGEM, R. Comment d'coloniser les sciences sociales appliqués. In: COPANS, J. (org.). *Anthropologie et imperialisme*. Paris: Maspero, 1975.
THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 13. ed. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 2004.
______. Notas para o debate sobre a pesquisa-ação. In: *Serviço Social & Sociedade nº 10*. São Paulo: Cortez, 1982.
TORO, Bernardo. *Avaliação, sistematizacão e disseminação de projetos sociais*. I Seminário Internacional de Avaliação, Sistematizacão e Disseminação de Projetos Sociais. São Paulo: Fundação Abrinq (mimeo.), 2002.
TOURRAINE, Alain. *Le retour de l'acteur*. Paris: Seuil, 1984.
______. *Poderemos viver juntos: iguais e diferentes*. Trad. Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Sobre a autora

Myrian Veras Baptista é assistente social, com uma vasta experiência profissional, de docência e de investigação, uma das primeiras profissionais brasileiras a fazer o doutoramento em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1974). É professora titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, mestrado e doutoramento, dessa universidade. Leciona em cursos de mestrado em Serviço Social, em vários estados do Brasil, na Argentina e em Portugal, nos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e do Porto (1987) e no Instituto Superior Miguel Torga (2001).

Investigadora de alto nível do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia, coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente (NCA). Em Portugal, contribuiu decisivamente para a criação do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), participando da sua coordenação científica.

Membro do Conselho Editorial da revista *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez; do Comitê de Referato da revista *Escenarios* da Escuela Superior de Trabajo Social da Universidade de la Plata, Argentina; do Conselho de Redação de *Estudos & Documentos*, Revista Internacional de Trabalho Social (CPIHTS, Veras, ICSA).

Foi membro da direção do Cedepss — Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Serviço Social —, órgão acadêmico da Abess — Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (1992-93). Foi consultora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes — do Ministério da Educação para parecer sobre o credenciamento de mestrados em Política Social e Serviço Social e participou na avaliação da área de serviço social; coor-

denadora e investigadora em vários projetos de investigação sobre a construção do conhecimento em serviço social; a relação teoria-prática; a formação pós-graduada, *stricto sensu*, em Serviço Social; a política de proteção às crianças e adolescentes em situação de risco; medidas socioeducativas para os adolescentes em conflito com a lei; municipalização das políticas de atendimento às criança e aos jovens.

Autora há mais de vinte e cinco anos de variadíssimas publicações, destacam-se os livros: *Planejamento social — intencionalidade e instrumentação* (2000); *Estudo das relações das instituições não-governamentais com o Estado: fundamentação legal e procedimentos* (1994); tradução dos livros de Michael Löwy, *Marxismo e teologia da libertação* (1991) e *Romantismo e messianismo. Ensaios sobre Lukacs e Walter Benjamim* (1990); transcrição e organização para publicação da série de conferências de Michael Löwy, *Ideologias e ciências sociais. Elementos para uma análise marxista* (1985), *Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social* (1977), *Desenvolvimento de comunidade: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidades ao planejamento do desenvolvimento global* (1976). Os temas dos artigos em revistas de especialidade, brasileiras e estrangeiras, sobre o método na investigação em serviço social, as questões que se colocam à investigação na prática do serviço social, a complexidade da investigação histórica no serviço social, a produção do conhecimento no serviço social, a formação pós-graduada em Serviço Social, o planejamento estratégico, a ação profissional no quotidiano, o uno e o múltiplo nas relações entre áreas de saber têm igualmente sido objeto de abordagem em numerosos eventos de natureza científica.

Desde há muito que Myrian Veras Baptista é uma referência no serviço social brasileiro, noutros países da América Latina e na Europa. A sua trajetória revela que tem sabido aliar a inquietude intelectual à construção de novas experiências e espaços profissionais, que se pautam pela criatividade e inovação, num processo de militância profissional, em que a persistência, a dedicação, a luta por ideais têm como principais aliados o estudo e a investigação, o pensamento, a intervenção crítica e a produção de conhecimentos.

Alcina Martins

IMPRESSÃO E ACABAMENTO